



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 020/2017/TJPA
REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2017/TJPA

Aos 27 dias do mês de julho de 2017, o Estado do Pará, por intermédio do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, órgão do Poder Judiciário, com sede na Avenida Almirante Barroso, nº. 3089, bairro do Souza, cidade de Belém, Estado do Pará, CEP 66.613-710, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.567.897/0001-90, doravante denominado TJPA, por seu Secretário de Administração, FRANCISCO DE OLIVEIRA CAMPOS FILHO, brasileiro, residente e domiciliado em Belém, capital do Estado do Pará, portador da carteira de identidade nº. 8293120 SSP/PA, inscrito no CPF/MF sob o nº. 141.758.512-91, designado pela Portaria nº. PORTARIA Nº 574/2017-GP de 1º de fevereiro de 2017, publicada no Diário de Justiça do dia 02 fevereiro de 2017, nos termos da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993; do Decreto Estadual nº. 876, de 29 de outubro de 2013; da Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1993 (Código de Defesa do Consumidor); e pelas demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº. 032/TJPA/2017 (processo nº PA-PRO-2017/01058), para o Registro de Preços nº 020/TJPA/2017, conforme homologação da Secretaria de Administração deste Egrégio Tribunal, publicada no Diário Oficial do Estado do Pará em 25 de julho de 2017, registram-se os preços oferecidos pela empresa C K ARTBANNER SERVIÇOS E COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 06.227.304/0001-72, com sede na cidade de Tucuruí, Estado do Pará, à Rua São Paulo, nº 136, bairro Bela Vista, CEP nº 68.455-020, Email: licitacao@artbanner.com.br, Telefone/Fax: (094) 3787-2441/0921 e Celular nº (094) 98147-3993, doravante denominada EMPRESA, neste ato representada por CARLOS ADRIANO DE SOUZA GONDIM, portado do RG nº 4088324/SSP-PA, inscrito no CPF/MF sob o nº 707.194.032-00, cuja proposta foi classificada em primeiro lugar para o Grupo 1/Lote Único do certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO – O objeto da presente ata é REGISTRO DE PREÇOS para eventual fornecimento, instalação e recuperação de peças de comunicação visual e tátil para os imóveis sob administração do Tribunal de Justiça do Pará – TJPA.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS – Esta ata de registro de preços é documento vinculativo obrigacional e seu prazo de validade não será superior a 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, com início em 27 de julho de 2017 e término em 27 de julho de 2018, com eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Durante o prazo de validade desta ata, o TJPA não estará obrigado a adquirir o objeto referido na cláusula primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação, quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à EMPRESA, sendo-lhe, entretanto, assegurada a preferência de contratação em igualdade de condições.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A partir da assinatura da presente Ata, a EMPRESA assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, aos pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas neste instrumento e no termo de referência, ficando sujeita, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A retirada da nota de empenho será a caracterização do compromisso de entregar os bens/materiais objeto da presente ata.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS – Os preços, expressos em Real (R\$), serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação desta ata de registro de preços.

Item	Descrição	Un.	Qtd.	Valor médio unitário (R\$)	Valor Médio Global (R\$)
1.	BRASÃO TJPA em alumínio fundido, H=20cm	un	20	R\$ 1.245,00	R\$ 24.900,00
2.	BRASÃO TJPA em alumínio fundido, H=60cm	un	20	R\$ 1.845,00	R\$ 36.900,00
3.	LETRA METÁLICA em chapa de ferro nº 18, H=15cm	un	300	R\$ 120,00	R\$ 36.000,00
4.	LETRA METÁLICA em chapa de ferro nº 18, H=20cm	un	300	R\$ 180,00	R\$ 54.000,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

5.	LETRA METÁLICA em chapa de ferro nº 18, H=30cm	un	300	R\$ 200,00	R\$ 60.000,00
6.	PLACA DE PAREDE METÁLICA com texto gravado, DIM. 100x120cm	un	20	R\$ 3.500,00	R\$ 70.000,00
7.	PLACA DE PAREDE METÁLICA com texto gravado, DIM. 50x50cm	un	20	R\$ 2.400,00	R\$ 48.000,00
8.	PLACA DE PAREDE METÁLICA com texto adesivado, DIM. 100x120cm	un	20	R\$ 1.700,00	R\$ 34.000,00
9.	PLACA DE PAREDE METÁLICA com textoadesivado, DIM. 50x50cm	un	20	R\$ 1.200,00	R\$ 24.000,00
10.	PLACA DE PAREDE EM ACRÍLICO 8mm, TIPO SIMPLES. Dimensões variadas	m2	100	R\$ 2.000,00	R\$ 200.000,00
11.	PLACA DE PAREDE EM ACRÍLICO 5mm, TIPO BANDEIRA. Dimensões variadas	m2	10	R\$ 1.600,00	R\$ 16.000,00
12.	PLACA SUSPensa EM ACRÍLICO 5mm. Dimensões variadas	m2	10	R\$ 2.200,00	R\$ 22.000,00
13.	PLACA DE PAREDE EM ACRÍLICO COM PAINEL DE MADEIRA	un	10	R\$ 1.000,00	R\$ 10.000,00
14.	PLACA DE PORTA EM ACRÍLICO 5mm, DIM. 30x8cm	un	400	R\$ 50,00	R\$ 20.000,00
15.	PLACA DE PORTA EM ACRÍLICO 5mm, DIM. 20x20cm	un	200	R\$ 80,00	R\$ 16.000,00
16.	PLACA DE PORTA EM ACRÍLICO E LAMINADO, DIM. 30x15cm	un	80	R\$ 100,00	R\$ 8.000,00
17.	PLACA DE PORTA EM ACRÍLICO E LAMINADO, DIM. 20x20cm	un	40	R\$ 150,00	R\$ 6.000,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

18.	PLACA DE PORTA EM ACRÍLICO E MADEIRA, DIM. 40x10cm	un	20	R\$ 250,00	R\$ 5.000,00
19.	PLACA DE PORTA EM ACRÍLICO E MADEIRA, DIM. 20x20cm	un	10	R\$ 300,00	R\$ 3.000,00
20.	PLACA DE MESA em acrílico, TIPO PERGAMINHO	un	10	R\$ 882,50	R\$ 8.825,00
21.	PLACA DE MESA em acrílico, TIPO RETANGULAR	un	20	R\$ 230,00	R\$ 4.600,00
22.	PLACA DE MESA metálica dourada, TIPO RETANGULAR	un	10	R\$ 300,00	R\$ 3.000,00
23.	PLACA DE POLTRONA em acrílico, DIM. 9x3cm	un	10	R\$ 60,00	R\$ 600,00
24.	PLACA EXTERNA METÁLICA em chapa de ferro nº 22. Dimensões variadas	m ²	10	R\$ 600,00	R\$ 6.000,00
25.	CAVALETE METÁLICO em tubo de ferro galvanizado Ø4cm e chapa de ferro esp. 2mm	un	10	R\$ 1.000,00	R\$ 10.000,00
26.	ADESIVO DE BRASÃO, H=20cm	un	20	R\$ 99,00	R\$ 1.980,00
27.	ADESIVO DE BRASÃO, H=60cm	un	20	R\$ 118,00	R\$ 2.360,00
28.	ADESIVO DE LETRA, H=15cm	un	300	R\$ 40,00	R\$ 12.000,00
29.	ADESIVO DE LETRA, H=20cm	un	300	R\$ 49,99	R\$ 14.997,00
30.	ADESIVO DE LETRA, H=30cm	un	300	R\$ 50,00	R\$ 15.000,00
31.	ADESIVO EM FAIXA, H= até 20cm	m	100	R\$ 125,00	R\$ 12.500,00
32.	ADESIVO EM FAIXA, H= acima de 20cm e até 40cm	m	100	R\$ 140,00	R\$ 14.000,00
33.	ADESIVO EM FAIXA, H= acima de 40cm e até 60cm	m	100	R\$ 215,00	R\$ 21.500,00
34.	SUBSTITUIÇÃO DE ADESIVO de placas de porta e mesa. Dimensões variadas.	un	300	R\$ 150,00	R\$ 45.000,00
35.	SUBSTITUIÇÃO DE ADESIVO de placas de parede. Dimensões variadas.	m ²	300	R\$ 160,00	R\$ 48.000,00
36.	RECUPERAÇÃO DE PLACA METÁLICA	m ²	20	R\$ 1.500,00	R\$ 30.000,00
37.	PLACA TÁTIL DE PAREDE, DIM. 20x10cm	un	50	R\$ 300,00	R\$ 15.000,00
38.	PLACA TÁTIL DE BATENTE E CORRIMÃO, DIM. 10x2,5cm	un	50	R\$ 140,00	R\$ 7.000,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

39.	CONJUNTO DE SINALIZAÇÃO VISUAL DE DEGRAUS	un	100	R\$ 48,99	R\$ 4.899,00
40.	SINALIZAÇÃO DE ÁREA DE ESPERA E ÁREA DE RESGATE	un	10	R\$ 750,00	R\$ 7.500,00
41.	ADESIVO PARA ASSENTO E ATENDIMENTO PREFERENCIAL	un	20	R\$ 28,50	R\$ 570,00
42.	ADESIVO DO SÍMBOLO INTERNACIONAL DE ACESSO	un	20	R\$ 25,00	R\$ 500,00
43.	DISPOSITIVO DE SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA	un	10	R\$ 1.400,00	R\$ 14.000,00
44.	SUPORTE PARA SINALIZAÇÃO VERTICAL de vagas de estacionamento	un	10	R\$ 400,00	R\$ 4.000,00
45.	PLACA DE SINALIZAÇÃO VERTICAL de vagas de estacionamento	un	10	R\$ 250,00	R\$ 2.500,00
46.	SUPORTE PARA MAPA TÁTIL	un	20	R\$ 1.001,00	R\$ 20.020,00
47.	MAPA TÁTIL	un	20	R\$ 1.010,00	R\$ 20.200,00
48.	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO (Acima de 100km e até 600km)	un	100	R\$ 1.000,00	R\$ 100.000,00
49.	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO (Acima de 600 e até 1.300km)	un	100	R\$ 2.000,00	R\$ 200.000,00

VALOR TOTAL R\$ 1.340.351,00 (Um milhão, trezentos e quarenta mil e trezentos e cinquenta e um reais).

CLÁUSULA QUARTA – DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS

REGISTRADOS – Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do fornecimento/prestação ou bens registrados, cabendo ao TJPA promover as negociações junto a EMPRESA, observadas as disposições contidas na alínea “d”, do inciso II do *caput* do art. 65 da Lei nº. 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o TJPA convocará a EMPRESA para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se a EMPRESA não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

PARÁGRAFO TERCEIRO – A ordem de classificação das empresas que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

PARÁGRAFO QUARTO – Quando os preços de mercado se tornarem superiores aos preços registrados e a EMPRESA não puder cumprir o compromisso, o TJPA poderá:

I – liberar a EMPRESA do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de entrega dos bens/materiais, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

II – convocar as demais empresas para assegurar igual oportunidade de negociação.

PARÁGRAFO QUINTO – No caso de solicitação de revisão de preços a requerimento da empresa, esta deverá efetuar a em momento anterior ao pedido de entrega/prestação efetuado pelo TJPA, e dentro do prazo de validade da ata.

PARÁGRAFO SEXTO – Não havendo êxito nas negociações, o TJPA deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O registro da EMPRESA será cancelado quando:

I – descumprir as condições da ata de registro de preços;

II – não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido pelo TJPA, sem justificativa aceitável;

III – não aceitar reduzir os preços registrados, na hipótese destes se tornarem superiores àqueles praticado no mercado; ou

IV – sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87 da Lei nº. 8.666/1993, ou no art. 7º da Lei nº. 10.520/2002.

PARÁGRAFO OITAVO – O cancelamento de registro nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do parágrafo anterior será formalizado por despacho do TJPA, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO NONO – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado:

I – por razão de interesse público; ou



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

II – a pedido da EMPRESA.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO – O pagamento será efetuado de acordo com a nota fiscal de fornecimento, com prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do atesto da entrega do material na nota fiscal, após verificada a conformidade da execução e documentação respectiva, através de crédito em conta corrente no Banco do Estado do Pará/ BANPARÁ, Agência 016, conta corrente nº 337830-6, mediante a apresentação de fatura emitida pela EMPRESA em correspondência ao objeto executado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A nota fiscal ou fatura deverá vir acompanhada obrigatoriamente dos comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista, demonstrada através de consulta *on-line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e ao site da Justiça do Trabalho competente ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº. 8.666/1993.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Poderá o TJPA descontar o valor correspondente aos danos a que a EMPRESA der causa das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O TJPA poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes às multas ou a indenizações devidas pela EMPRESA, nos termos desta ata.

PARÁGRAFO QUARTO – Nenhum pagamento isentará a EMPRESA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do material.

PARÁGRAFO QUINTO – Para efeito de pagamento, o TJPA procederá às retenções tributárias e previdenciárias previstas na legislação em vigor, aplicáveis a este instrumento.

PARÁGRAFO SEXTO – No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a EMPRESA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo TJPA, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

VP = Valor da parcela a ser paga; e

I = índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA EMPRESA – São obrigações da EMPRESA além das previstas nesta ata de registro de preços, a seguir especificadas, as demais previstas no edital e no termo de referência:

I – Executar fielmente o objeto da presente ata de registro de preços, obedecendo rigorosamente às exigências e especificações contidas no termo de referência, Anexo I do edital, que é parte integrante desta ata.

II – Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo TJPA, substituindo imediatamente os objetos não aprovados pela fiscalização.

III – Comunicar ao TJPA toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada durante a vigência da ata e fornecimento dos bens/materiais;

IV – Manter durante a vigência da ata de registro de preços as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital convocatório apresentando, sempre que exigidos, os comprovantes de regularidade fiscal, jurídica, técnica e econômica.

V – Acatar todas as exigências do TJPA, sujeitando-se à sua ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

VI – Atender às especificações contidas nesta ata de registro de preços, no edital convocatório, no termo de referência e na sua proposta, às quais a EMPRESA fica vinculada.

VII – Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos, sujeitando-se às penas e às multas estabelecidas no edital e nesta ata, além da aplicação daquelas previstas na Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores, sem prejuízos das demais.

VIII – Assumir, por sua conta exclusiva, todos os custos e encargos resultantes do fornecimento objeto desta ata de registro de preços, inclusive impostos, taxas, fretes, emolumentos e suas majorações, incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto registrado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

IX – Em nenhuma hipótese poderá a EMPRESA veicular publicidade acerca do objeto da presente ata de registro de preços.

X – A EMPRESA se sujeita às disposições do Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº. 8.078/1990.

XI – A EMPRESA não poderá possuir em seu quadro de sócios e empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de desembargadores e juízes vinculados ao TJPA, bem como de ocupantes de cargos de direção e assessoramento, conforme art. 3º da Resolução nº. 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

XII – Cumprir as demais obrigações constantes do termo de referência, que é parte integrante desta ata.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGACÕES DO TJPA – São obrigações do TJPA, além das demais previstas nesta ata de registro de preços e nos anexos que integram e complementam o edital:

I – Efetuar o pagamento das notas fiscais/faturas na forma e prazo estabelecidos.

II – Observar para que, durante a vigência da ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

III – Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

IV – Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da EMPRESA.

V – Comunicar à EMPRESA quaisquer irregularidades no objeto desta ata, objetivando a imediata reparação ou substituição dos produtos.

VI – Atestar a entrega e a aceitação dos bens/materiais fornecidos, bem como sua adequação às especificações exigidas, rejeitando os que não estiverem de acordo com as especificações do termo de referência, por meio de notificação à detentora do preço registrado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

VII – Acompanhar e fiscalizar o fornecimento, anotando em registro próprio os defeitos detectados no material e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam correção por parte da EMPRESA.

VIII – Cumprir as demais obrigações constantes do edital e do termo de referência.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO – O acompanhamento e a fiscalização desta ata de registro de preços ficarão sob a responsabilidade do Secretaria de Engenharia e Arquitetura, sendo realizada pela servidora Gláucia Regina Centeno Cordeiro de Campos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O TJPA promoverá o acompanhamento e fiscalização do objeto desta ata, sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A fiscalização pelo TJPA não exclui nem reduz a responsabilidade da EMPRESA por quaisquer irregularidades no fornecimento, nem perante terceiros, ainda que resultante de imperfeições técnicas.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES – Ficarà impedida de licitar e contratar com o Estado do Pará, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, e será descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, se for o caso, sem prejuízo das multas previstas no edital, nesta ata de registro de preços e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei nº. 8.666/1993, garantido o direito à ampla e prévia defesa, a EMPRESA que:

- a) convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a ata de registro de preços, não retirar a nota de empenho ou a ordem de autorização;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) apresentar documento falso;
- d) ensejar o retardamento da execução da prestação dos serviços objeto desta ata;
- e) não manter a proposta, injustificadamente;
- f) falhar ou fraudar na execução da prestação dos serviços objeto desta ata;
- g) comportar-se de modo inidôneo;
- h) cometer fraude fiscal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Pelo atraso, pela inexecução total ou parcial do objeto desta ata de registro de preços, pelo não atendimento às especificações contidas no termo de referência (Anexo I), e descumprimento de qualquer obrigação prevista no edital, nesta ata e nos instrumentos afins, o TJPA poderá aplicar à EMPRESA as seguintes sanções, além das previstas no *caput* desta cláusula, garantida a ampla e prévia defesa:

- a) advertência;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

b) multa, nos termos descritos no parágrafo quarto;

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As sanções previstas no *caput* desta cláusula e nas alíneas *a* e *c* do parágrafo primeiro poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea *b* do parágrafo primeiro, facultada a defesa prévia da EMPRESA, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data em que a EMPRESA foi oficialmente comunicada, salvo para a sanção estabelecida na alínea *c* do parágrafo primeiro, cuja defesa deverá ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias, contado da abertura de vista.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a EMPRESA descumprir qualquer obrigação, e será expedida pela Presidência do TJPA.

PARÁGRAFO QUARTO – A multa é a sanção pecuniária que será imposta à EMPRESA pelo atraso injustificado na execução da prestação dos serviços objeto desta ata, e será aplicada nos seguintes percentuais:

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na execução da prestação dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso na execução da prestação dos serviços, calculado desde o primeiro dia de atraso sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

c) Até 5% (cinco por cento) sobre o valor total desta ata, por descumprimento do prazo de execução, sem prejuízo da aplicação do disposto nas alíneas *a* e *b* deste subitem;

d) Até 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada da adjudicatária em assinar a ata de registro de preços ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total de execução do pedido, ou rescisão da nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; sem prejuízo da aplicação do disposto nas alíneas *a*, *b* e *c* deste subitem.

e) Até 20% (vinte por cento) sobre o valor da ata, pelo descumprimento de qualquer cláusula desta ata ou do termo de referência, exceto prazo de execução e casos previstos nas alíneas anteriores.

PARÁGRAFO QUINTO – A multa será formalizada por termo de aplicação de penalidade e será executada após regular processo administrativo, garantida à EMPRESA o direito de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos dos §§2º e 3º do art. 86 da Lei nº. 8.666/1993, na seguinte ordem:

a) mediante desconto no valor das parcelas devidas à EMPRESA; e

b) mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

PARÁGRAFO SEXTO – Se preferir, poderá a EMPRESA efetuar o pagamento ou autorizar expressamente o desconto do valor da multa aplicada dos pagamentos pendentes, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de execução da prestação dos serviços, se dia de expediente normal no TJPA, ou no primeiro dia útil seguinte.

PARÁGRAFO OITAVO – O TJPA poderá, mediante despacho fundamentado, suspender a aplicação da penalidade de multa nos casos em que o valor for considerado irrisório.

a) Para fins de aplicação deste parágrafo, será considerado irrisório valor igual ou inferior a 2% (dois por cento) do previsto no art. 24, II da Lei nº 8.666/1993.

b) Nos casos de reincidência, mesmo que o valor da multa seja irrisório, a penalidade deverá ser aplicada cumulativamente com os efeitos e o valor de multa cuja exigibilidade tenha sido suspensa anteriormente.

c) Para determinar a reincidência no descumprimento do ajuste, serão considerados os antecedentes da EMPRESA nos últimos 12 (doze) meses, contados a partir da primeira ocorrência, ainda que sobrestada, não importando se decorrente de fato gerador distinto.

d) Para efeito de enquadramento como valor irrisório, deverá ser considerado, individualmente, cada evento incidente sobre o mesmo fato gerador da obrigação que resulte em aplicação da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO NONO – Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e a ata de registro de preços poderão ser rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que deverá ser penalizado na forma da alínea *b* do parágrafo quarto.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A sanção pecuniária prevista na alínea *e* do parágrafo quarto não se aplica nas hipóteses de rescisão que não ensejam penalidades.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – A sanção de impedimento prevista no *caput* desta cláusula será aplicada de acordo com os prazos a seguir:

a) por até 01 (um) ano, quando a licitante vencedora convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar a ata de registro de preços, retirar a nota de empenho ou a ordem de autorização (*caput*, alínea *a*); deixar de entregar a documentação exigida para o certame (*caput*, alínea *b*); ou não mantiver sua proposta, injustificadamente (*caput*, alínea *e*);

b) de 01 (um) a 02 (dois) anos, quando a EMPRESA ensejar o retardamento da execução da prestação dos serviços objeto desta ata de registro de preços, devendo ser considerados os prejuízos causados à Administração (*caput*, alínea *d*);

c) de até 02 (dois) anos, quando a EMPRESA falhar na execução da prestação dos serviços objeto desta ata de registro de preços (*caput*, alínea *f*);

①



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

d) de até 05 (cinco) anos, quando a EMPRESA apresentar documento falso ou fizer declaração falsa (*caput*, alínea *c*); fraudar na execução da prestação dos serviços objeto desta ata de registro de preços (*caput*, alínea *f*); comportar-se de modo inidôneo (*caput*, alínea *g*); ou cometer fraude fiscal (*caput*, alínea *h*).

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a EMPRESA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção de impedimento aplicada.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – A declaração de inidoneidade, sua extinção e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinados ou vinculados à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº. 8.666/1993.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Assegurado o direito à ampla e prévia defesa e ao contraditório, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e obrigatoriamente registrada no SICAF devendo constar:

- a) a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;
- b) o prazo do impedimento para licitar e contratar ou da declaração de inidoneidade;
- c) o fundamento legal da sanção aplicada;
- d) o nome ou a razão social da empresa punida, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal (CPF/CNPJ).

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – As sanções serão aplicadas pela Presidência do TJPA, à vista dos motivos informados na instrução processual.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – É facultado à EMPRESA interpor recurso contra a aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento (suspensão temporária) no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado, devendo neste caso a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – Da declaração de inidoneidade aplicada caberá pedido de reconsideração à autoridade que aplicou a penalidade, que deverá ser apresentado no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO – Na contagem dos prazos estabelecidos neste item, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

CLÁUSULA DÉCIMA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

– Esta ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade autárquica e fundacional que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do TJPA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As demais entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso desta ata, deverão consultar o TJPA para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caberá à EMPRESA, beneficiária da ata de registro de preços, observadas as condições aqui estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes desta ata, assumidas com o TJPA.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As contratações adicionais a que se refere esta cláusula não poderão exceder a 100% (cem por cento) dos quantitativos do fornecimento registrado nesta ata para o TJPA.

PARÁGRAFO QUARTO – O quantitativo decorrente das adesões a esta ata não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado nesta ata para o TJPA, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

PARÁGRAFO QUINTO – O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador.

PARÁGRAFO SEXTO – Após autorização do TJPA, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência desta ata.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pela EMPRESA das obrigações assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao TJPA.

PARÁGRAFO OITAVO – É facultada aos órgãos e entidades municipais, distritais ou de outros Estados a adesão a esta ata, devendo-se dar prioridade aos órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Pará.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE GERENCIAMENTO

– O TJPA será o órgão responsável pelos atos de controle e administração desta ata de registro de preços e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos, as empresas para os quais serão emitidos os pedidos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O gerenciamento das obrigações contratuais objeto desta ata será efetuado pelo setor do TJPA, com autoridade para exercer, como representante da Administração



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

do TJPA, toda e qualquer ação de orientação geral e acompanhamento na execução do fornecimento objeto da presente ata.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A convocação das empresas pelo TJPA será formalizada e conterá o endereço e o prazo máximo em que deverão comparecer para retirar o respectivo pedido.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A EMPRESA convocada na forma do subitem anterior que não comparecer, não retirar a nota de empenho e a ordem de autorização, ou não cumprir as obrigações estabelecidas nesta ata de registro de preços, estará sujeita às sanções previstas no edital e neste instrumento.

PARÁGRAFO QUARTO – Quando comprovada uma dessas hipóteses, o TJPA poderá indicar a próxima EMPRESA a ser destinado o pedido, na ordem de classificação, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS RECURSOS ORCAMENTÁRIOS – As despesas decorrentes da contratação objeto desta ata correrão à conta de recursos consignados no orçamento do TJPA para os exercícios alcançados pelo prazo de vigência da ata de registro de preços, a cargo do TJPA, tomadas as cautelas de realização de empenho prévio a cada demanda para fornecimento do objeto da presente ata, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão na respectiva nota de empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS – Será incluído nesta ata o registro das licitantes que aceitarem cotar os preços iguais aos da licitante vencedora na ordem de classificação do certame.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A ordem de classificação das licitantes registradas na ata deverá ser respeitada nas contratações.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A condição estabelecida no *caput* desta cláusula tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Integram esta ata: o edital do Pregão Eletrônico nº 012/TJPA/2017, o termo de referência e a proposta da empresa classificada em primeiro lugar no supracitado certame.

PARÁGRAFO QUARTO – O prazo para assinatura desta ata será de até 05 (cinco) dias úteis, contado da data do recebimento oficial de convocação.

PARÁGRAFO QUINTO – Os casos omissos serão resolvidos com observância das disposições constantes da Lei nº 8.666/1993, do Decreto Estadual nº 876/2013, da Lei nº. 8.078/1993 e da Portaria nº. 5.132/2013 do Gabinete da Presidência do TJPA.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

PARÁGRAFO SEXTO – O resumo da ata de registro de preços será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará no prazo de até 10 (dez) dias, contados da sua assinatura, condição indispensável para sua eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO – As questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro de Belém, Capital do Estado do Pará, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

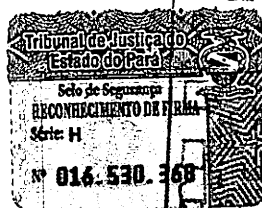
Belém, 27 de julho de 2017.

Dauly

FRANCISCO DE O. CAMPOS FILHO
Secretário de Administração

[Assinatura]

CARLOS ADRIANO DE SOUZA GONDIM
Representante da Empresa



TABELAMENTO SIMILARES	Reconheço Verdadeira (s) a (s) _____
	<i>Francisco de O. Campos Filho</i>
	<i>Carlos Adriano de Souza Gondim</i>
	2017 JUL 27 09:17

Testemunhas:

Glauciane Saint Martin

Nome:

CPF: 966.556.402-10

Rosângela Santos

Nome:

CPF: 598.039.302-68



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS para eventual fornecimento, instalação e recuperação de peças de comunicação visual e tátil para os imóveis sob administração do Tribunal de Justiça do Pará – TJPA, durante o período de 12 (doze) meses, observadas as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

A licitação será realizada em **LOTE ÚNICO** devido às similaridades apresentadas entre os elementos, para manutenção do conjunto da comunicação visual tendo em vista a necessidade de manutenção da unidade visual e de padronização das peças de comunicação visual, a busca pela economia de escala e a economia na mobilização necessária para atendimento as demandas em comarcas do interior.

2. JUSTIFICATIVA

A efetivação do Registro de Preço para fornecimento, instalação e recuperação de peças de comunicação visual e tátil para os imóveis sob administração do TJPA visa o atendimento às necessidades de atualização e recuperação da programação visual e tátil existente, quando estas necessitam alterações ou quando as peças são danificadas, bem como para atendimento as obras e locações de imóveis realizadas durante o período de vigência do Registro de Preço.

3. ESPECIFICAÇÃO

LOTE ÚNICO – COMUNICAÇÃO VISUAL E TÁTIL

ITEM 01 – Brasão TJPA, H = 20cm

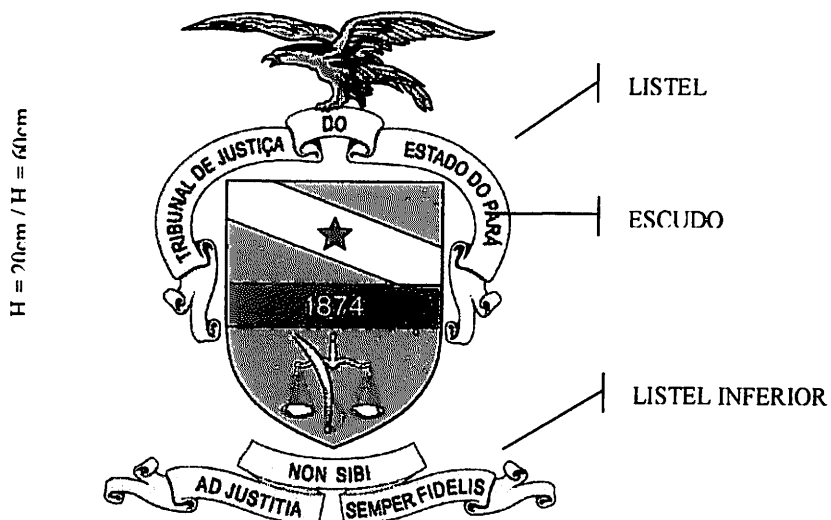
ITEM 02 – Brasão TJPA, H = 60cm

Fornecimento e instalação de brasão em alto relevo, com espessura aproximada de 1cm, confeccionado em alumínio fundido, pintado com tinta automotiva e posteriormente acabado em verniz bicomponente automotivo. O brasão deverá ser confeccionado em 3 (três) elementos distintos: listel superior, escudo e listel inferior. Deverão ser mantidas a forma, inscrições, cores e proporções estabelecidas através da Portaria TJPA Nº 0032/2006-GP. O brasão deverá apresentar altura de 20cm para o item 01 e altura de 60cm para o item 02, com as demais dimensões devendo manter a proporcionalidade do brasão. A instalação deverá ser realizada através de chumbadores em alvenaria pintada ou revestida por materiais como pastilha, granito, mármore ou revestimento cerâmico, conforme o caso. Cada elemento deverá ser fixado individualmente, sendo utilizado o número de chumbadores suficientes para manter a sua adequada fixação e estabilidade. Para a instalação, a contratada deverá ter especial atenção com relação ao espaçamento entre os elementos, bem como com relação ao alinhamento e nivelamento destes. Em caso de substituição de brasões existentes, será responsabilidade da contratada a retirada do material existente.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



- ITEM 03 – Letra Metálica, H = 15cm
- ITEM 04 – Letra Metálica, H = 20cm
- ITEM 05 – Letra Metálica, H = 30cm

Fornecimento e instalação de letras e símbolos metálicos do tipo caixa alta, com 4cm de profundidade, confeccionado em chapa de ferro nº 18, primeiramente recebendo tratamento com tinta antiferruginosa, posteriormente sendo pintado com tinta automotiva e recebendo acabamento em verniz automotivo. As cores, fontes e textos deverão ser definidos posteriormente, de acordo com cada pedido realizado. Acentuações serão consideradas como parte componente da própria letra, não sendo considerado como item adicional na somatória das letras a serem adquiridas. Os textos deverão apresentar altura de acordo com o item especificado: item 03 para textos com altura de 15cm, item 04 para textos com altura de 20cm e item 05 para textos com altura de 30cm. A instalação deverá ser realizada através de chumbadores em alvenaria pintada ou revestida por materiais como pastilha, granito, mármore ou revestimento cerâmico, conforme o caso. Cada letra deverá ser fixada individualmente, sendo utilizado o número de chumbadores suficientes para manter a sua adequada fixação e estabilidade. Para a instalação, a contratada deverá ter especial atenção com relação ao espaçamento entre letras e textos, no sentido vertical e horizontal, bem como com relação ao alinhamento e nivelamento dos textos. Em caso de substituição, será responsabilidade da contratada a retirada do material existente. Os itens em questão também poderão ser utilizados para reposição de letras ausentes nos letreiros existentes. Para efeito de estimativa, os textos mais comuns de serem solicitados são: Poder Judiciário, Fórum, Juizado Especial.

- ITEM 06 – Placa de Parede metálica com texto gravado, 100x120cm
- ITEM 07 – Placa de Parede metálica com texto gravado, 50x50cm
- ITEM 08 – Placa de Parede metálica com texto adesivado, 100x120cm
- ITEM 09 – Placa de Parede metálica com texto adesivado, 50x50cm



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

Fornecimento e instalação de placa metálica confeccionada em aço escovado nº 18. Para os itens 06 e 07 os textos e elementos gráficos deverão ser gravados por sistema de corrosão da peça, posteriormente sendo pintados com tinta automotiva e recebendo acabamento em verniz automotivo. Para os itens 08 e 09 os textos e elementos gráficos deverão ser adesivados em vinil adesivo imprimax Gold Max ou similar de 80 Microns, com durabilidade mínima de 5 anos. As cores, fontes e textos deverão ser definidos posteriormente, de acordo com cada pedido realizado. As placas deverão apresentar dimensões de acordo com o item especificado: os itens 06 e 08 apresentam as dimensões de 100x120cm e os itens 07 e 09 apresentam dimensões de 50x50cm. A placa deverá receber moldura de alumínio com largura de 2cm na cor bronze. Para aumento da estabilidade da placa a mesma deverá receber em sua parte posterior a fixação de chapa do tipo Duratex com 2mm de espessura. Sua instalação deverá ser realizada por meio de afastadores metálicos com 2cm de diâmetro e 5cm de comprimento, do tipo rosca, com cabeça lisa e acabamento cromado. Cada placa deverá ser fixada por 04 afastadores metálicos, sendo instalado 01 afastador em cada canto da placa, conforme os exemplos apresentados a seguir. A instalação poderá ser realizada em alvenaria pintada ou revestida por materiais como pastilha, granito, mármore ou revestimento cerâmico, conforme o caso. Para a instalação a contratada deverá ter especial atenção com relação ao posicionamento e nivelamento da placa. Em caso de substituição, será responsabilidade da contratada a retirada do material existente. Seguem abaixo exemplos de placas.





PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

**CONSTRUÇÃO DO NOVO FÓRUM DA
 COMARCA DE RIO MARIA**

FÓRUM JUIZ SALUSTIO DE OLIVEIRA MELO

Des. CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO
 Presidente

Des. RICARDO FERREIRA NUNES
 Vice-Presidente

Desª. DIRACY NUNES ALVES
 Corregedora da Região Metropolitana de Belém

Desª. MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO
 Corregedora das Comarcas do Interior

- | | |
|---|--|
| Des. Milton Augusto de Brito Nobre | Des. Ronaldo Marques Valle |
| Des. Rômulo Jacó Ferreira Nunes | Desª. Gleide Pereira de Moura |
| Desª. Lúcia Nadja Guimarães Nascimento | Des. José Maria Teixeira do Rosário |
| Desª. Vânia Valente do Couto Fortes Brito Cunha | Desª. Maria do Céu Maciel Coutinho |
| Des. Raimundo Holanda Reis | Desª. Maria Edwiges de Miranda Lobato |
| Desª. Vânia Lúcia Carvalho da Silveira | Des. Roberto Gonçalves de Moura |
| Des. Constantino Augusto Guerreiro | Desª. Vera Araújo de Souza |
| Desª. Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos | Desª. Maria Filomena de Almeida Buzarque |
| Des. Ricardo Ferreira Nunes | Desª. Edinéia Oliveira Tavares |
| Des. Leonardo de Honorinha Tavares | Des. Luiz Gonzaga da Costa Neto |
| Desª. Mamede Trindade Pereira Merolet | Des. Mairton Marques Carneiro |
| Desª. Célia Regina de Lima Pinheiro | Desª. Esilda Pastana Mutran |
| Desª. Maria de Nazaré Saavedra Guimarães | Desª. Maria Elvina Gemaque Taveira |
| Des. Leonam Gondim da Cruz Júnior | Desª. Rosilêide Maria da Costa Cunha |
| Desª. Diracy Nunes Alves | Desª. Nadja Nara Cobra Meda |

Rio Maria PA, janeiro de 2017



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
**UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS
TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO**

Des. CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO
Presidente

Des. RICARDO FERREIRA NUNES
Vice-Presidente

Desª. DIRACY NUNES ALVES
Corregedora da Região Metropolitana de Belém

Desª. MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO
Corregedora das Comarcas do Interior

Belém/PA janeiro de 2016

ITEM 10 – Placa de Parede em acrílico 8mm, tipo simples, dimensões variadas

Fornecimento e instalação de placa do tipo parede, confeccionada em acrílico liso de 8mm, nas cores preto, branco, bege ou incolor. Os textos e elementos gráficos deverão ser adesivados em vinil adesivo imprimax Gold Max ou similar de 80 Microns, com durabilidade mínima de 5 anos. As cores, fontes e textos deverão ser definidos posteriormente, de acordo com cada pedido realizado. As placas poderão apresentar dimensões variadas e serão contratadas por metro quadrado, de acordo com o especificado em cada pedido realizado. Para efeito de estimativa, as dimensões usualmente solicitadas correspondem entre 50 e 200cm de largura e 50 e 200cm de altura, mas não se limitam a tais dimensões. Sua instalação deverá ser realizada por meio de afastadores metálicos com 2cm de diâmetro e 5cm de comprimento, do tipo rosca, com cabeça lisa e acabamento cromado. Cada placa deverá ser fixada por 04 afastadores metálicos, sendo instalado 01 afastador em cada canto da placa, conforme os exemplos apresentados a seguir. A instalação poderá ser realizada em alvenaria pintada ou revestida por materiais como pastilha, granito, mármore ou revestimento cerâmico, conforme o caso. Para a instalação a contratada deverá ter especial atenção com relação ao posicionamento e nivelamento da placa. Em caso de substituição, será responsabilidade da contratada a retirada do material existente. Segue abaixo exemplo de placa.

Ⓟ

 21



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ		
JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DO CAMPUS DA UFPA		
↓	ATENDIMENTO AO PÚBLICO	VARA DO JUÍZADO ESPECIAL CRIMINAL SECRETARIA ↑
↓	DEFENSORIA PÚBLICA	VARA DO JUÍZADO ESPECIAL CRIMINAL GABINETE DO JUÍZ ↑
↓	MINISTÉRIO PÚBLICO	VARA DO JUÍZADO ESPECIAL CRIMINAL SALA DE AUDIÊNCIA ↑
↓	O A B	VARA DO JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL SECRETARIA ↑
↓	CONCILIADOR CRIME - SALA 01	VARA DO JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL GABINETE DO JUÍZ ↑
↓	CONCILIADOR CRIME - SALA 02	VARA DO JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL SALA DE AUDIÊNCIA ↑
↓	CONCILIADOR CÍVEL - SALA 01	SANITÁRIOS PÚBLICOS ←
↓	CONCILIADOR CÍVEL - SALA 02	COPA ↓

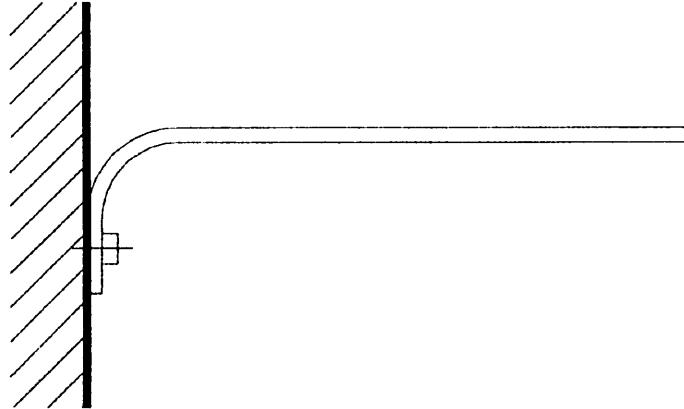
ITEM 11 – Placa de Parede em acrílico 5mm, tipo bandeira, dimensões variadas

Fornecimento e instalação de placa do tipo bandeira, confeccionada em acrílico liso dobrado de 5mm, nas cores preto, branco, bege ou incolor. Os textos e elementos gráficos deverão ser adesivados em vinil adesivo imprimax Gold Max ou similar de 80 Microns, com durabilidade mínima de 5 anos. As cores, fontes e textos deverão ser definidos posteriormente, de acordo com cada pedido realizado. As placas poderão apresentar dimensões variadas e serão contratadas por metro quadrado, de acordo com o especificado em cada pedido realizado. Para efeito de estimativa, as dimensões usualmente solicitadas correspondem entre 40 e 80cm de largura e 15 e 40cm de altura, mas não se limitam a tais dimensões. As dimensões da placa deverão considerar sua área curva e a área necessária para fixação da placa. Sua instalação deverá ser realizada por meio de separadores cromados de 10mm de altura e diâmetro de 20mm, incluindo botões de acabamento cromados com diâmetro de 20mm. A instalação poderá ser realizada em alvenaria pintada ou revestida por materiais como pastilha, granito, mármore ou revestimento cerâmico, conforme o caso. Para a instalação a contratada deverá ter especial atenção com relação ao posicionamento e nivelamento da placa. Em caso de substituição, será responsabilidade da contratada a retirada do material existente. Segue abaixo um detalhe da placa.

Ⓟ



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



ITEM 12 – Placa Suspensa em acrílico 5mm, dimensões variadas

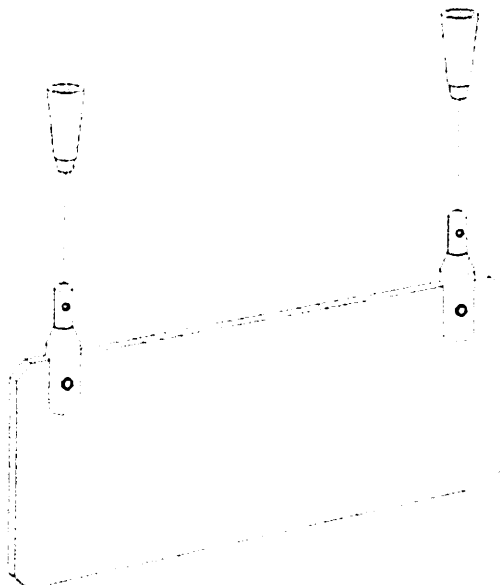
Fornecimento e instalação de placa do tipo teto, confeccionada em acrílico liso de 5mm, nas cores preto, branco, bege ou incolor. Os textos e elementos gráficos deverão ser adesivados em vinil adesivo imprimax Gold Max ou similar de 80 Microns, com durabilidade mínima de 5 anos. As cores, fontes e textos deverão ser definidos posteriormente, de acordo com cada pedido realizado. As placas poderão apresentar dimensões variadas e serão contratadas por metro quadrado, de acordo com o especificado em cada pedido realizado. Para efeito de estimativa, as dimensões usualmente solicitadas correspondem entre 40 e 60cm de largura e 15 e 40cm de altura, mas não se limitam a tais dimensões. Sua instalação deverá ser realizada por meio de cabo de aço inoxidável e sistema de fixação metálico nos cantos superiores da placa. A instalação poderá ser realizada em forro ou laje, conforme o caso. Para a instalação a contratada deverá ter especial atenção com relação ao posicionamento e nivelamento da placa. Em caso de substituição, será responsabilidade da contratada a retirada do material existente. Segue abaixo um modelo da placa.

Ⓟ

Ⓟ



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



ITEM 13 – Placa de Parede em acrílico com painel de madeira

Fornecimento e instalação de placa do tipo parede, confeccionada em acrílico liso de 8mm, nas cores preto, branco, bege ou incolor e de painel de madeira para suporte e fixação da placa. Os textos e elementos gráficos deverão ser adesivados em vinil adesivo imprimax Gold Max ou similar de 80 Microns, com durabilidade mínima de 5 anos. As cores, fontes e textos deverão ser definidos posteriormente, de acordo com cada pedido realizado. As placas deverão apresentar dimensão de 30x35cm e os painéis de madeira deverão apresentar as dimensões de 20x43x4,5cm, com acabamento curvo em sua parte frontal. Sua instalação deverá ser realizada por meio da fixação do painel de madeira a alvenaria ou divisória existente, por meio de 2 parafusos e buchas, as placas são instaladas por sistema de encaixe no painel de madeira. A instalação poderá ser realizada em alvenaria pintada ou revestida por materiais como pastilha, granito, mármore ou revestimento cerâmico, conforme o caso. Para a instalação a contratada deverá ter especial atenção com relação ao posicionamento e nivelamento da placa. Em caso de substituição, será responsabilidade da contratada a retirada do material existente. Segue abaixo exemplo de placa. **Padrão: Edifício Sede.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



ITEM 14 – Placa de Porta em acrílico 5mm, 30x8cm
ITEM 15 – Placa de Porta em acrílico 5mm, 20x20cm

Fornecimento e instalação de placa do tipo porta, confeccionada em acrílico liso de 5mm, nas cores preto, branco, bege ou incolor. Os textos e elementos gráficos deverão ser adesivados em vinil adesivo imprimax Gold Max ou similar de 80 Microns, com durabilidade mínima de 5 anos. As cores, fontes e textos deverão ser definidos posteriormente, de acordo com cada pedido realizado. As placas deverão apresentar dimensões de acordo com o item especificado: o item 14 apresenta as dimensões de 30x8cm e o item 15 apresenta as dimensões de 20x20cm. Sua instalação deverá ser realizada por meio de fita dupla face VHB de 15mm, base polietileno, contornando a placa pela face interna para melhor fixação. Para a instalação a contratada deverá ter especial atenção com relação ao posicionamento e nivelamento da placa. Em caso de substituição, será responsabilidade da contratada a retirada do material existente. Seguem abaixo exemplos de placas.

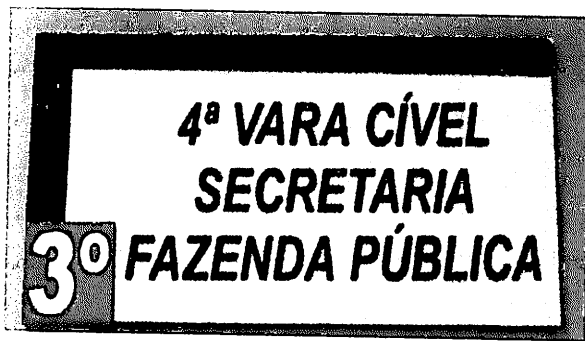


ITEM 16 – Placa de Porta em acrílico e laminado, 30x15cm
ITEM 17 – Placa de Porta em acrílico e laminado, 20x20cm



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

Fornecimento e instalação de placa do tipo porta, confeccionada em acrílico liso de 5mm cor preto, parte revestida em laminado padrão natura. Os textos e elementos gráficos deverão ser adesivados em vinil adesivo imprimax Gold Max ou similar de 80 Microns, com durabilidade mínima de 5 anos. As cores, fontes e textos deverão ser definidos posteriormente, de acordo com cada pedido realizado. As placas deverão apresentar dimensões de acordo com o item especificado: o item 16 apresenta as dimensões de 30x15cm para a placa em acrílico e as dimensões de 28x13cm para o revestimento em laminado padrão natura, o item 17 apresenta as dimensões de 20x20cm para a placa em acrílico e as dimensões de 18x18cm para o revestimento em laminado padrão natura. Sua instalação deverá ser realizada por meio de fita dupla face VHB de 15mm, base polietileno, contornando a placa pela face interna para melhor fixação. Para a instalação a contratada deverá ter especial atenção com relação ao posicionamento e nivelamento da placa. Em caso de substituição, será responsabilidade da contratada a retirada do material existente. Seguem abaixo exemplos de placas. **Padrão: Complexo Fórum de Ananindeua.**



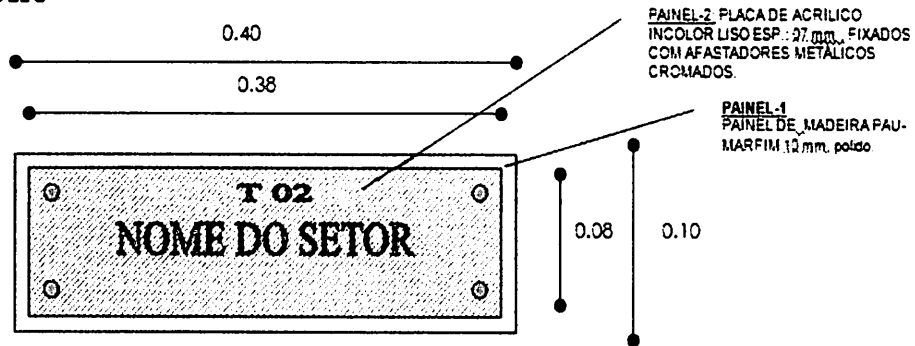
ITEM 18 – Placa de Porta em acrílico e madeira, 40x10cm
ITEM 19 – Placa de Porta em acrílico e madeira, 20x20cm

Fornecimento e instalação de placa do tipo porta, confeccionada em acrílico liso de 5mm incolor, fixada em painel de madeira do tipo pau marfim polido com espessura de 10mm. Os textos e elementos gráficos deverão ser adesivados em vinil adesivo imprimax Gold Max ou similar de 80 Microns, com durabilidade mínima de 5 anos. As cores, fontes e textos deverão ser definidos posteriormente, de acordo com cada pedido realizado. As placas deverão apresentar dimensões de acordo com o item especificado: o item 18 apresenta as dimensões de 40x10cm para o painel de madeira e as dimensões de 38x8cm para a placa de acrílico incolor, o item 19 apresenta as dimensões de 20x20cm para o painel de madeira e as dimensões de 18x18cm para a placa de acrílico incolor. A fixação da placa de acrílico sobre o painel de madeira deverá ser realizada através de afastadores metálicos cromados. A instalação do conjunto deverá ser realizada por meio de fita dupla face VHB de 15mm, base polietileno, contornando o painel de madeira pela face interna para melhor fixação. Para a instalação a contratada deverá ter especial atenção com relação ao posicionamento e nivelamento da placa. Em caso de substituição, será responsabilidade da contratada a retirada do material existente. Segue abaixo um modelo de placa. **Padrão: Complexo Fórum Criminal.**



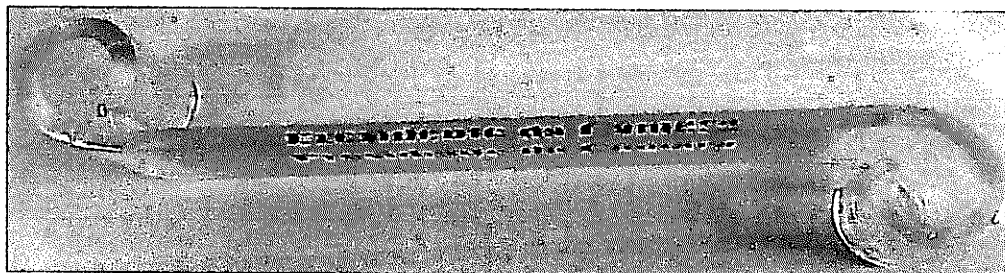
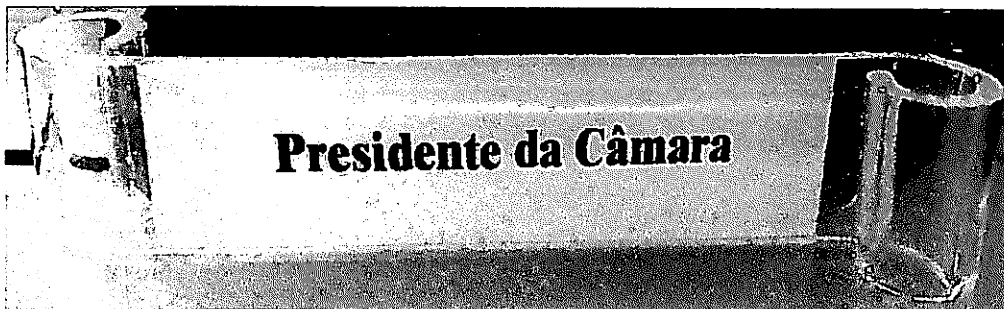
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

MODELO



ITEM 20 – Placa de Mesa em acrílico, tipo Pergaminho

Fornecimento de placa do tipo pergaminho, confeccionada em acrílico liso dobrado de 8mm, nas cores preto, branco, bege ou incolor. Os textos e elementos gráficos deverão ser adesivados em vinil adesivo imprimax Gold Max ou similar de 80 Microns, com durabilidade mínima de 5 anos. As cores, fontes e textos deverão ser definidos posteriormente, de acordo com cada pedido realizado. As placas deverão apresentar sua área plana com as dimensões de 30x8cm e sua área total com as dimensões de 50x8cm. Seguem abaixo exemplos de placas.



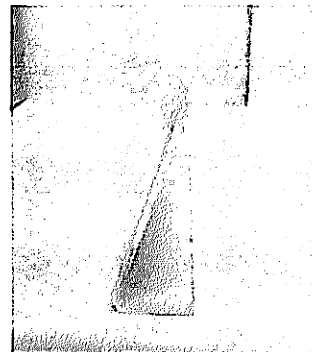
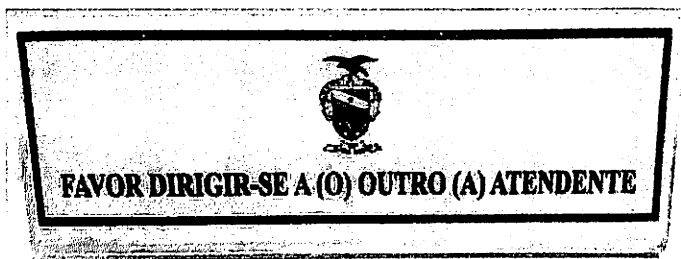
ITEM 21 – Placa de Mesa em acrílico, tipo Retangular

Fornecimento de placa do tipo retangular, confeccionada em acrílico liso dobrado de 4mm, nas cores preto, branco, bege ou incolor. Os textos e elementos gráficos deverão ser



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

adesivados em vinil adesivo imprimax Gold Max ou similar de 80 Microns, com durabilidade mínima de 5 anos. As cores, fontes e textos deverão ser definidos posteriormente, de acordo com cada pedido realizado. As placas deverão apresentar sua área de frente com as dimensões de 30x8cm e sua área de apoio com as dimensões de 30x6cm, implicando na dimensão total de 30x14cm. Seguem abaixo exemplos de placas.



ITEM 22 – Placa de Mesa metálica dourada, tipo Retangular

Fornecimento de placa tipo retangular, confeccionada chapa metálica dourada dobrada. Os textos e elementos gráficos deverão ser gravados em alto relevo na cor dourado sobre fundo na cor preta com borda dourada e brasão do TPA conforme suas cores padrão, o acabamento deverá ser realizado em verniz incolor para proteção. As fontes e textos deverão ser definidos posteriormente, de acordo com cada pedido realizado. As placas deverão apresentar sua área de frente com as dimensões de 30x8cm e sua área de apoio com as dimensões de 30x6cm, implicando na dimensão total de 30x14cm. Seguem abaixo exemplos de placas.



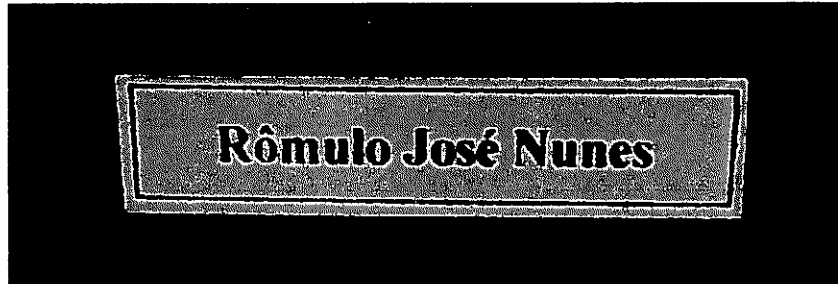
ITEM 23 – Placa de Poltrona em acrílico, 9x3cm

Fornecimento de placa do tipo retangular, confeccionada em acrílico liso de 4mm, nas cores preto, branco, bege ou incolor. Os textos e elementos gráficos deverão ser adesivados em vinil adesivo imprimax Gold Max ou similar de 80 Microns, com durabilidade mínima de 5 anos. As cores, fontes e textos deverão ser definidos posteriormente, de acordo com cada pedido realizado. As placas deverão apresentar as dimensões de 9x3cm. Sua instalação deverá ser



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

realizada na parte posterior do encosto da poltrona. Para a instalação a contratada deverá ter especial atenção com relação ao posicionamento e nivelamento da placa. Em caso de substituição, será responsabilidade da contratada a retirada do material existente. Segue abaixo exemplo de placa.



ITEM 24 – Placa Externa metálica, dimensões variadas

Fornecimento e instalação de placa externa metálica confeccionada em chapa de ferro nº 22. A placa deverá primeiramente receber tratamento antiferruginoso, posteriormente sendo pintados o fundo, textos e elementos gráficos com tinta automotiva e sendo finalizado com acabamento em verniz automotivo. As cores, fontes e textos deverão ser definidos posteriormente, de acordo com cada pedido realizado. As placas poderão apresentar dimensões variadas e serão contratadas por metro quadrado, de acordo com o especificado em cada pedido realizado. Para efeito de estimativa, as dimensões usualmente solicitadas correspondem entre 40 e 100cm de largura e 20 e 50cm de altura, mas não se limitam a tais dimensões. Sua instalação deverá ser realizada por meio de parafusos metálicos ou através de seu chumbamento em portões. A instalação poderá ser realizada em alvenaria pintada ou revestida por materiais como pastilha, granito, mármore ou revestimento cerâmico, ou ainda em portões em chapa metálica ou grade, conforme o caso. Para a instalação a contratada deverá ter especial atenção com relação ao posicionamento e nivelamento da placa. Em caso de substituição, será responsabilidade da contratada a retirada do material existente. Seguem abaixo exemplos de placas.

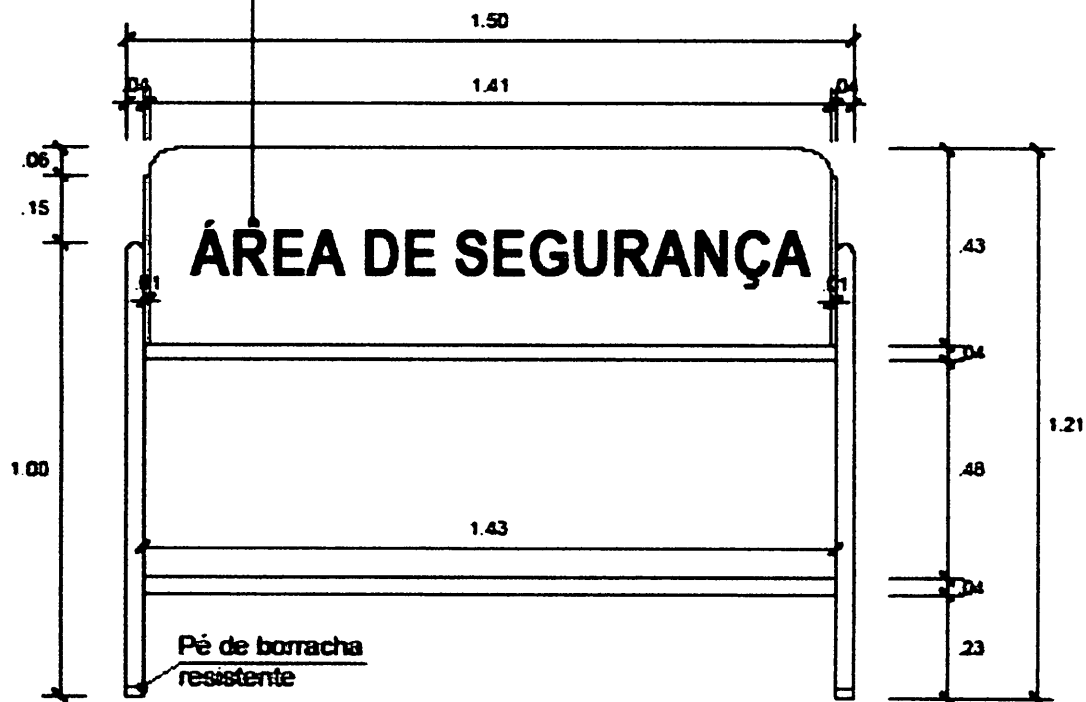




ITEM 25 – Cavalete Metálico

Fornecimento de cavalete metálico confeccionada em tubo de ferro Ø4cm e chapa de ferro esp. 2mm. O cavalete deverá receber tratamento antiferruginoso, posteriormente sendo pintados o fundo, textos e elementos gráficos com tinta automotiva e sendo finalizado com acabamento em verniz automotivo. As cores, fontes e textos deverão ser definidos posteriormente, de acordo com cada pedido realizado. Cada cavalete deverá receber 04 (quatro) pés de borracha preta de alta resistência. As dimensões totais do cavalete deverão corresponder a 150cm de comprimento, 55cm de largura e 120cm de altura, conforme detalhe abaixo.

Chapa de ferro esp. 2mm
Acabamento: massa plástica
+ pintura esmalte automotivo em
todas as faces.

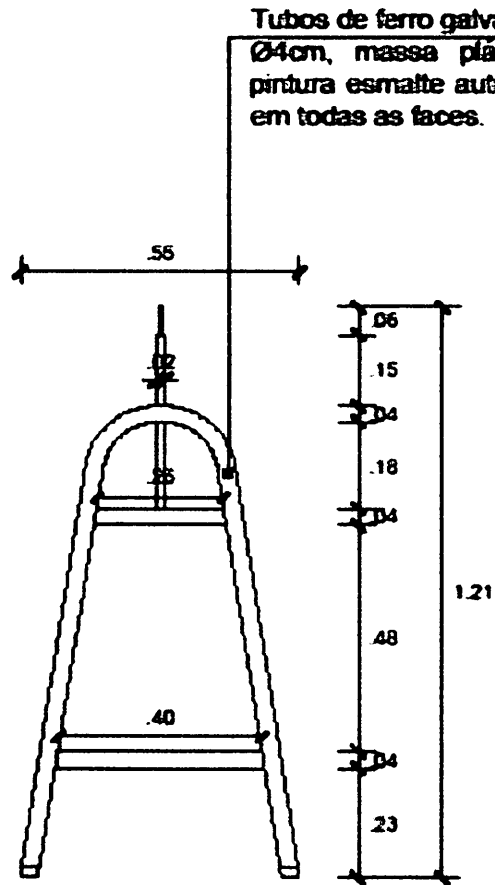


VISTA FRENTE E VERSO

Ø



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



VISTA LATERAL

ITEM 26 – Adesivo de Brasão TJPA, H = 20cm

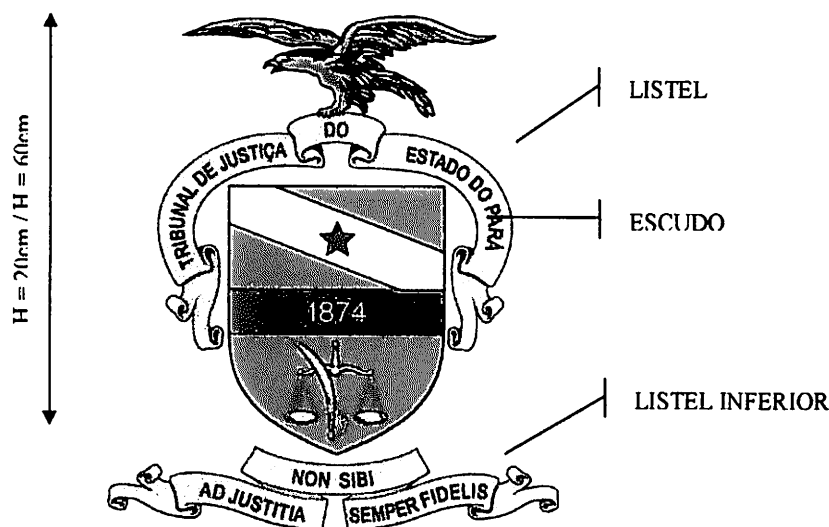
ITEM 27 – Adesivo de Brasão TJPA, H = 60cm

Fornecimento e instalação de adesivo do brasão do TJPA, recortado eletronicamente, executado em vinil adesivo imprimax Gold Max ou similar de 80 Microns, com durabilidade mínima de 5 anos. O brasão deverá ser confeccionado em 3 (três) elementos distintos: listel



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

superior, escudo e listel inferior. Deverão ser mantidas a forma, inscrições, cores e proporções estabelecidas através da Portaria TJPA N° 0032/2006-GP. O brasão deverá apresentar altura de 20cm para o item 26 e altura de 60cm para o item 27, com as demais dimensões devendo manter a proporcionalidade do brasão. A aplicação do adesivo poderá ser realizada em vidro (pela face interna ou externa), alvenaria ou mobiliários, conforme o caso. Para a instalação, a contratada deverá ter especial atenção com relação ao espaçamento entre os elementos, bem como com relação ao alinhamento e nivelamento destes. Em caso de substituição, será responsabilidade da contratada a retirada do material existente.



ITEM 28 – Adesivo de Letra, H = 15cm

ITEM 29 – Adesivo de Letra, H = 20cm

ITEM 30 – Adesivo de Letra, H = 30cm

Fornecimento e instalação de adesivo de letra e/ou símbolo, recortado eletronicamente, executado em vinil adesivo imprimax Gold Max ou similar de 80 Microns, com durabilidade mínima de 5 anos. As cores, fontes e textos deverão ser definidos posteriormente, de acordo com cada pedido realizado. Acentuações serão consideradas como parte componente da própria letra, não sendo considerado como item adicional na somatória das letras a serem adquiridas. Os textos deverão apresentar altura de acordo com o item especificado: item 28 para textos com altura de 15cm, item 29 para textos com altura de 20cm e item 30 para textos com altura de 30cm. A aplicação do adesivo poderá ser realizada em vidro (pela face interna ou externa), alvenaria ou mobiliários, conforme o caso. Para a instalação, a contratada deverá ter especial atenção com relação ao espaçamento entre letras e textos, no sentido vertical e horizontal, bem como com relação ao alinhamento e nivelamento dos textos. Em caso de substituição, será responsabilidade da contratada a retirada do material existente. Para efeito de estimativa, os textos mais comuns de serem solicitados são: Poder Judiciário, Fórum, Juizado Especial.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

- ITEM 31 – Adesivo em Faixa, H = até 20cm**
ITEM 32 – Adesivo em Faixa, H = acima de 20 e até 40cm
ITEM 33 – Adesivo em Faixa, H = acima de 40 e até 60cm

Fornecimento e instalação de adesivo em faixa, executado em vinil adesivo imprimax Gold Max ou similar de 80 Microns, com durabilidade mínima de 5 anos. O item adesivo em faixa poderá ser contratado em conjunto com os itens adesivos de letras para servir de fundo para os textos quando da aplicação em vidro, contudo, não existe a obrigatoriedade da contratação em conjunto. As cores deverão ser definidas posteriormente, de acordo com cada pedido realizado. As faixas deverão apresentar altura de acordo com o item especificado: item 31 para faixas com altura até 20cm, item 32 para faixas com altura superior a 20cm e inferior ou igual a 40cm, e item 33 para faixas com altura superior a 40cm e inferior ou igual a 60cm. A aplicação do adesivo poderá ser realizada em vidro (pela face interna ou externa), conforme o caso. Para a instalação, a contratada deverá ter especial atenção com relação ao posicionamento dos textos, bem como com relação ao alinhamento e nivelamento das faixas. Em caso de substituição, será responsabilidade da contratada a retirada do material existente.

- ITEM 34 – Substituição de adesivos de placas de porta e mesa, dimensões variadas (por unidade)**
ITEM 35 – Substituição de adesivos de placas de parede, dimensões variadas (por m²)

Fornecimento e instalação de adesivo, recortado eletronicamente, executado em vinil adesivo imprimax Gold Max ou similar de 80 Microns, com durabilidade mínima de 5 anos. As cores, fontes e textos deverão ser definidos posteriormente, de acordo com cada pedido realizado. As dimensões das placas de porta e mesa que poderão ser solicitadas a substituição de adesivos, sendo contratadas por unidade, podem variar entre 20 e 40cm de comprimento e entre 8 e 20cm de altura, conforme o caso e similarmente aos itens referentes a Placas de Portas e Mesa. A substituição de adesivos de placas de parede será contratada por metro quadrado, de acordo com as dimensões da placa à ser readesivada. Para a execução do serviço, a contratada primeiramente deverá efetuar a retirada do adesivo antigo e a limpeza da placa, para posteriormente realizar a aplicação de nova adesivagem. Para a aplicação do adesivo e instalação da placa, a contratada deverá ter especial atenção com relação ao espaçamento entre letras e textos, no sentido vertical e horizontal, bem como com relação ao alinhamento e nivelamento dos textos.

ITEM 36 – Recuperação de Placa Metálica, dimensões variadas

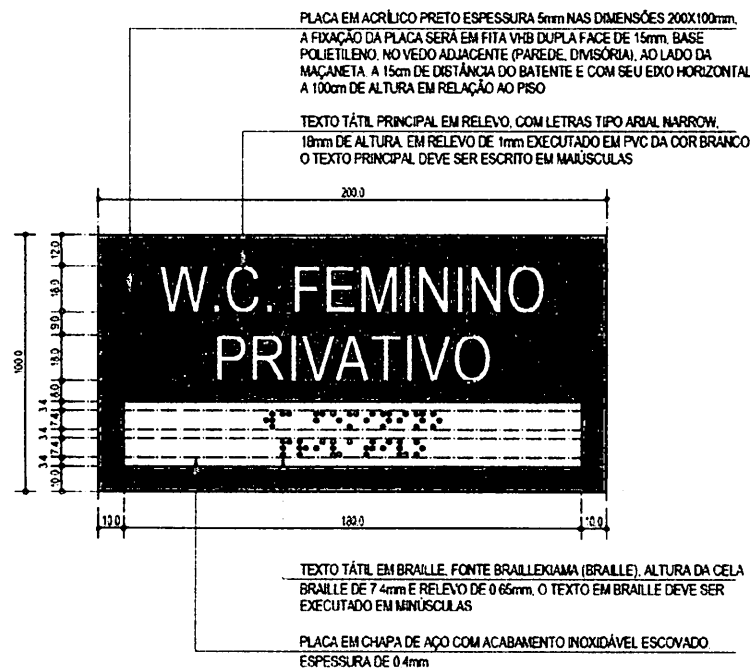
Recuperação de placa metálica em ferro ou alumínio, com dimensões variadas, incluindo serviços como limpeza, lixamento, jateamento, realização de tratamento antiferrugem, recuperação de pintura com tinta automotiva, aplicação de verniz, polimento, etc. As cores, imagens e textos deverão ser recuperados mantendo-se as características originais da placa. A reinstalação da placa poderá ser realizada em alvenaria pintada ou revestida por materiais como pastilha, granito, mármore ou revestimento cerâmico, conforme o caso. Para a instalação a contratada deverá ter especial atenção com relação ao posicionamento e nivelamento da placa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

ITEM 37 – Placa Tátil de parede, 200x100mm

Fornecimento e instalação de placa em acrílico preto espessura 5mm nas dimensões 200X100mm. Texto tátil principal em relevo, com letras tipo Arial Narrow, 18mm de altura, em relevo de 1mm executado em PVC da cor branco, o texto principal deve ser escrito em maiúsculas. Texto tátil em Braille aplicado abaixo dos textos visuais, em fonte BrailleKiama (Braille), altura da cela Braille de 7.4mm e relevo de 0.65mm, executado em chapa de aço com acabamento inoxidável escovado, espessura de 0.4mm, o texto em braille deve ser executado em minúsculas. A fixação da placa será em fita VHB dupla face de 15mm base polietileno, no vedo adjacente (parede, divisória), ao lado da maçaneta, a 15cm de distância do batente e com seu eixo horizontal a 100cm de altura em relação ao piso.



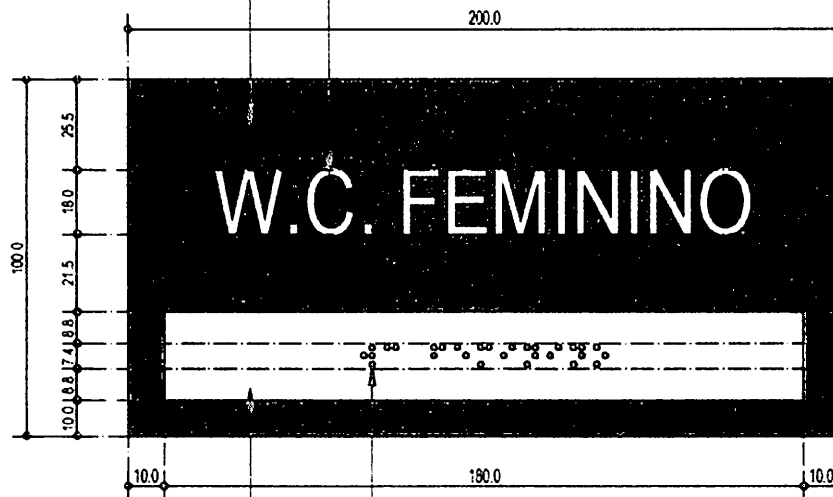
ST.01 - PLACA TÁTIL DE PAREDE (2 linhas)
DIMENSÕES EM MILÍMETROS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

PLACA EM ACRÍLICO PRETO ESPESSURA 5mm NAS DIMENSÕES 200X100mm.
A FIXAÇÃO DA PLACA SERÁ EM FITA VHB DUPLA FACE DE 15mm, BASE
POLIETILENO, NO VEDO ADJACENTE (PAREDE, DIVISÓRIA), AO LADO DA
MAÇANETA A 15cm DE DISTÂNCIA DO BATENTE E COM SEU EIXO HORIZONTAL
A 100cm DE ALTURA EM RELAÇÃO AO PISO

TEXTO TÁTIL PRINCIPAL EM RELEVO, COM LETRAS TIPO ARIAL NARROW,
18mm DE ALTURA, EM RELEVO DE 1mm EXECUTADO EM PVC DA COR BRANCO.
O TEXTO PRINCIPAL DEVE SER ESCRITO EM MAIÚSCULAS



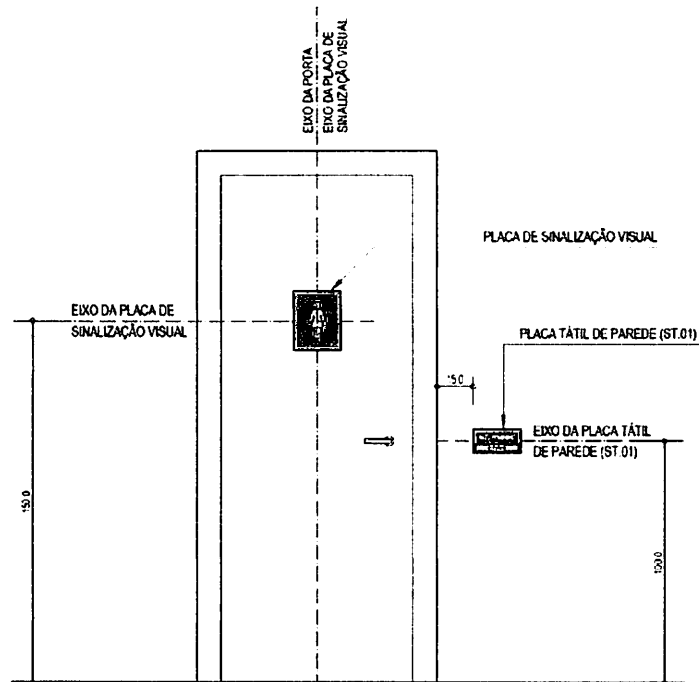
TEXTO TÁTIL EM BRAILLE, FONTE BRAILLEKIAMA (BRAILLE), ALTURA DA CELA
BRAILLE DE 7.4mm E RELEVO DE 0.65mm. O TEXTO EM BRAILLE DEVE SER
EXECUTADO EM MINÚSCULAS

PLACA EM CHAPA DE AÇO COM ACABAMENTO INOXIDÁVEL ESCOVADO.
ESPESSURA DE 0.4mm

ST.01 - PLACA TÁTIL DE PAREDE (1 linha) DIMENSÕES EM MILÍMETROS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



POSICIONAMENTO DE PLACA VISUAL DE PORTA
E DE PLACA TÁTIL DE PAREDE (ST.01)
DIMENSÕES EM CENTÍMETROS

ITEM 38 – Placa Tátil de batente e corrimão, 10x2,5cm

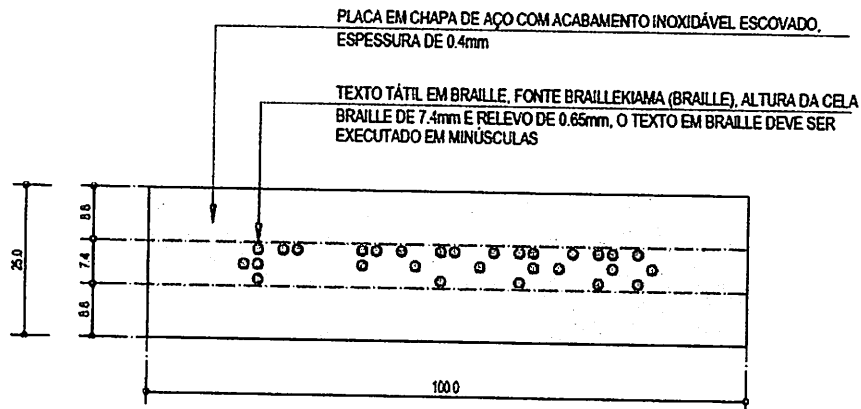
Fornecimento e instalação de placa em chapa de aço com acabamento inoxidável escovado, espessura de 0,4mm nas dimensões 100x25mm. Texto em Braille, fonte BrailleKiama (Braille), altura da cela Braille de 7,4mm e relevo de 0,65mm. Quando instalada no batente da porta deverá indicar o nome do ambiente ao qual a porta dá acesso, seu sentido deverá ser vertical em relação ao plano do piso e estar localizada na lateral onde se encontrar a maçaneta com seu eixo horizontal a 100cm de altura em relação ao piso. Quando instalada em corrimão, esta deverá ser instalada no início e no final do corrimão, em sua geratriz superior, com seu ponto mais distante a 30cm do início e do final do corrimão, informando sobre os pavimentos.

②

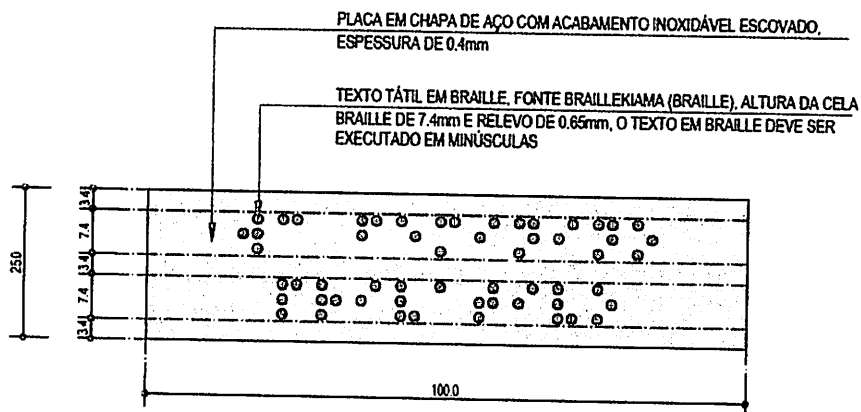
②



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



ST.02 - PLACA TÁTIL DE BATENTE E CORRIMÃO (1 linha)
DIMENSÕES EM MILÍMETROS

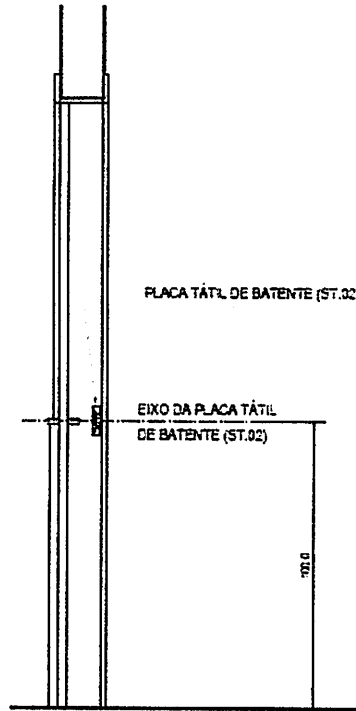


ST.02 - PLACA TÁTIL DE BATENTE E CORRIMÃO (2 linhas)
DIMENSÕES EM MILÍMETROS

P



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



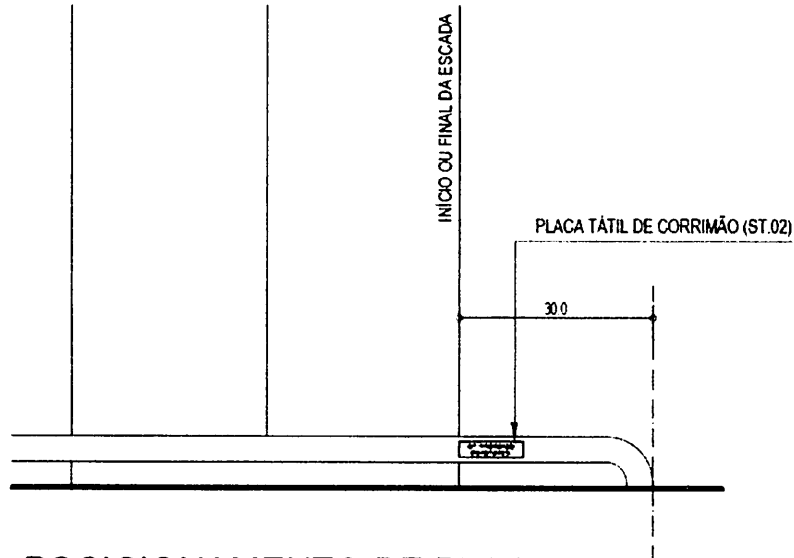
POSICIONAMENTO DE
PLACA TÁTIL DE BATENTE (ST.02)
DIMENSÕES EM CENTÍMETROS

P

P



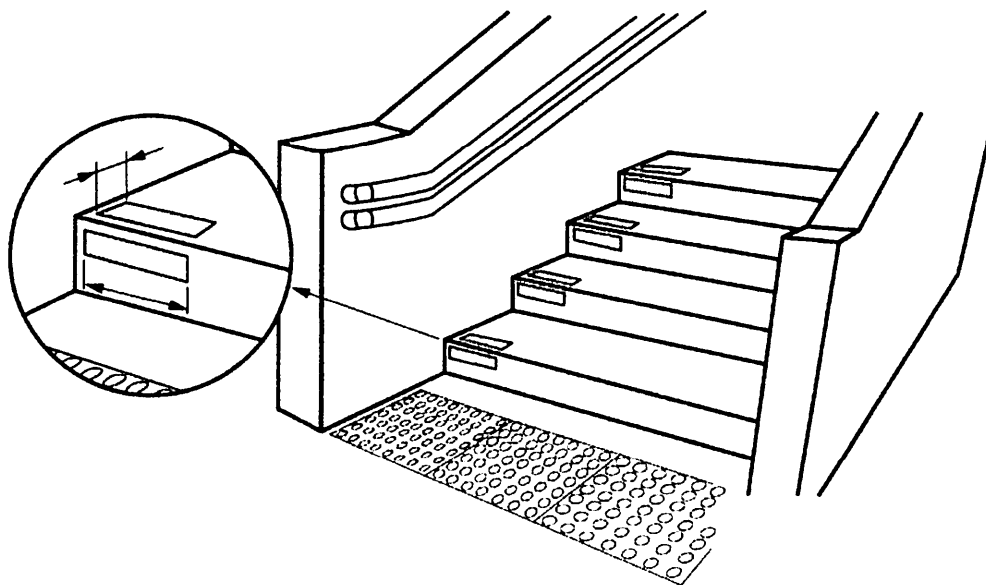
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



**POSICIONAMENTO DE PLACA
TÁTIL DE CORRIMÃO (ST.02)**
DIMENSÕES EM CENTÍMETROS

ITEM 39 – Conjunto de sinalização visual de degraus

Fornecimento e instalação de conjunto de 4 faixas de policarbonato, em cor a ser definida, com dimensões de 20x2cm cada faixa, para serem aplicadas aos pisos e espelhos dos degraus em suas bordas laterais. As faixas deverão ser aplicadas a 2cm das bordas dos pisos e das laterais dos degraus. Cada peça deverá ser fixada individualmente com uso de adesivo de contato.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

ITEM 40 – Sinalização de área de espera e área de resgate

Fornecimento e instalação de placa de policarbonato, dimensões de 80x120cm, com sinalização a ser definida, assentado sobre o piso com adesivo de contato e protegida por moldura de alumínio anodizado com 2cm de largura. Seguem abaixo exemplos de sinalização.



EX · ÁREA DE RESGATE



EX · ÁREA DE ESPERA

ITEM 41 – Adesivo para assento e atendimento preferencial

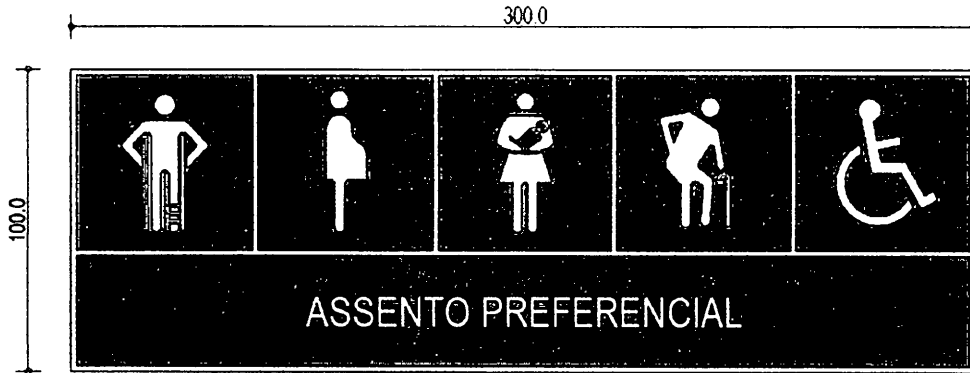
Fornecimento e instalação de película adesiva opaca, dimensões 30x10cm, com fundo preto, texto e pictogramas na cor branca, utilizado para indicação de assentos ou atendimentos de uso preferencial.

(assinatura)

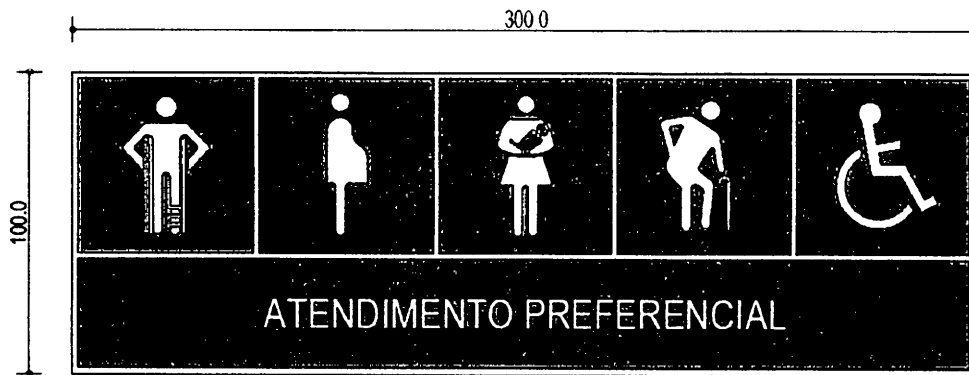
(assinatura)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



SV.03 - ADESIVO PARA ASSENTO PREFERENCIAL
DIMENSÕES EM MILÍMETROS



SV.03 - ADESIVO PARA ATENDIMENTO PREFERENCIAL
DIMENSÕES EM MILÍMETROS

ITEM 42 – Adesivo do símbolo internacional de acesso

Fornecimento e instalação de película adesiva opaca, dimensões 10x10cm, contendo o símbolo internacional de acessibilidade com fundo na cor azul (referência Munsell 10B5/10 ou Pantone 2925 C) e pictograma na cor branco.



P



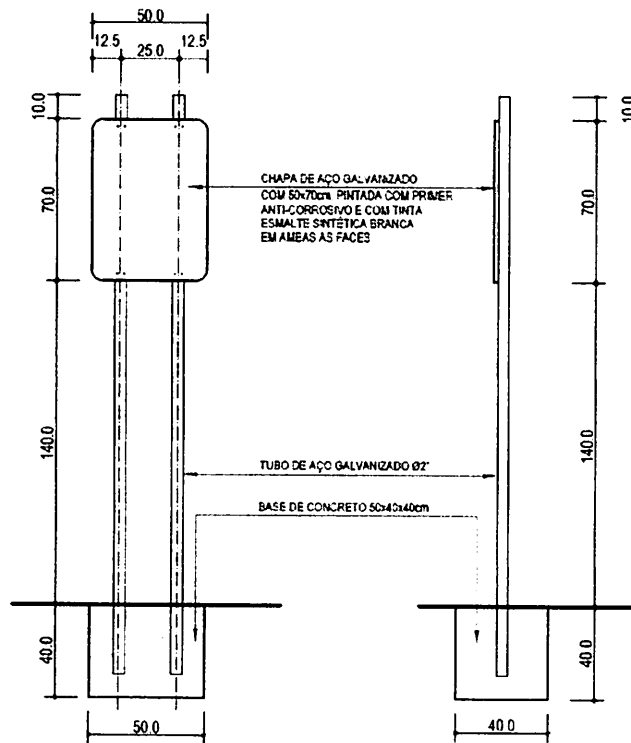
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

ITEM 43 – Dispositivo de sinalização de emergência

Fornecimento e instalação de dispositivo de sinalização de emergência sem fio, com botoeira à ser instalado ao lado da bacia sanitária, na altura de 400 mm do piso acabado, e emissor de alarme luminoso e sonoro à ser instalado em área externa ao sanitário.

ITEM 44 – Suporte para sinalização vertical de vagas de estacionamento

Fornecimento e instalação de suporte para sinalização vertical executado em tubo de aço galvanizado com diâmetro de 2", fechados em sua parte superior, fixados em base de concreto de 50x40x40cm, incluindo a execução da base de concreto para fixação. Este item não inclui a placa de sinalização.



SV.06 - SUPORTE PARA SINALIZAÇÃO VERTICAL
VISTA FRONTAL E VISTA LATERAL
DIMENSÕES EM CENTÍMETROS

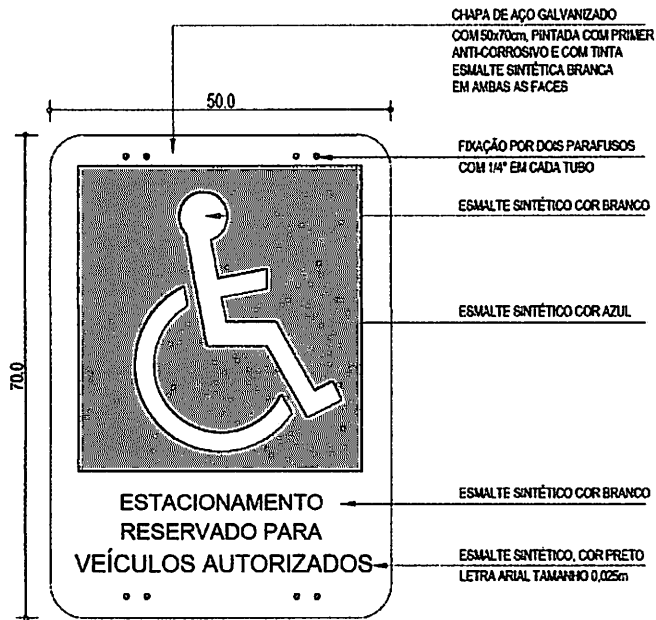
ITEM 45 – Placa de sinalização vertical de vagas de estacionamento

Fornecimento e instalação de placa em chapa de aço galvanizado, 50x70cm, pintada com primer anticorrosivo e tinta esmalte sintética branca em ambas as faces, além de textos e pictogramas conforme modelo escolhido. A placa deverá ser fixada ao suporte para finalização vertical ou em alvenaria através de 8 parafusos com 1/4". Este item não inclui o suporte para a placa.





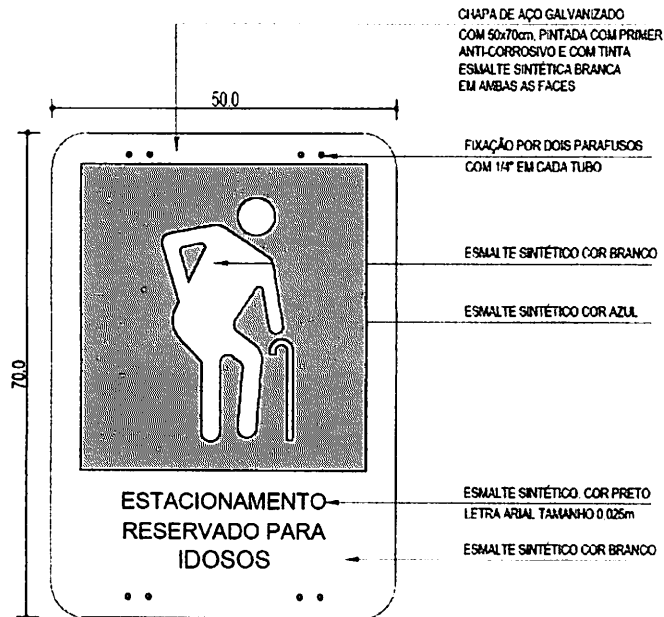
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



SV.05 - PLACA DE ESTACIONAMENTO
MODELO 1
DIMENSÕES EM CENTÍMETROS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



SV.05 - PLACA DE ESTACIONAMENTO
MODELO 2
DIMENSÕES EM CENTÍMETROS

ITEM 46 – Suporte para mapa tátil

Suporte em placa de acrílico dobrada incolor, espessura 15mm, incluindo 4 separadores e botões de acabamento cromados, com 10mm de altura e 20mm de diâmetro, conforme detalhamento. Este item não inclui o mapa tátil. Detalhamento em conjunto com o mapa tátil.

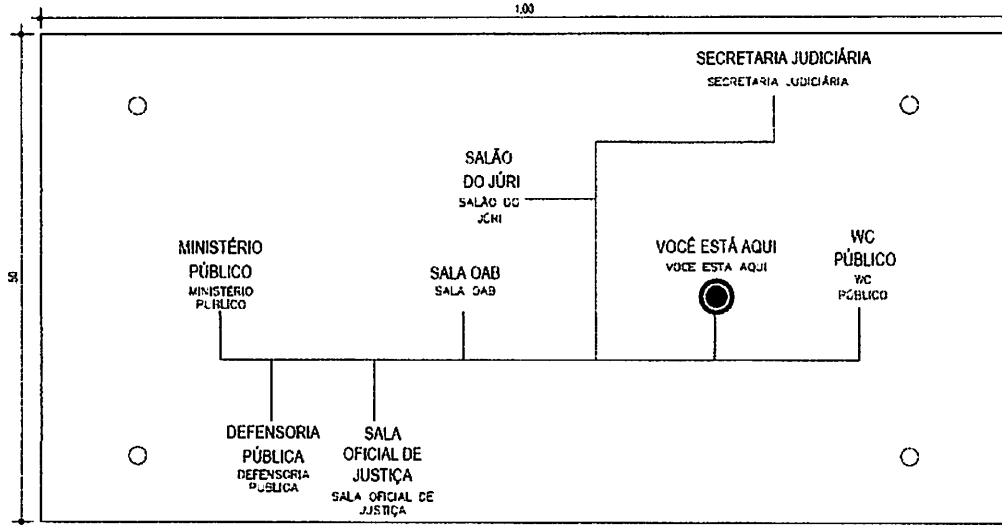
ITEM 47 – Mapa Tátil

Placa em acrílico preto espessura 10mm nas dimensões 50X100cm. Textos, pictogramas e caminhos táteis deverão ser executados em PVC da cor branco com relevo de 1mm. Texto principal escrito com letras tipo Arial Narrow, 16mm de altura, em maiúsculas. Texto tátil aplicado abaixo dos textos principais, em fonte BrailleKiama (Braille), altura da cela Braille de 7.4mm e relevo de 0.65mm, executado através da injeção de material pigmentado na cor branco ou da incrustação de microesferas brancas, o texto em braille deve ser executado em minúsculas. Os pictogramas e textos deverão ser definidos posteriormente, de acordo com cada pedido realizado. A fixação da placa será feita por quatro separadores cromados de 10mm de altura e diâmetro de 20mm, incluindo botões de acabamento cromados com diâmetro de 20mm.

EX. MAPA TÁTIL



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



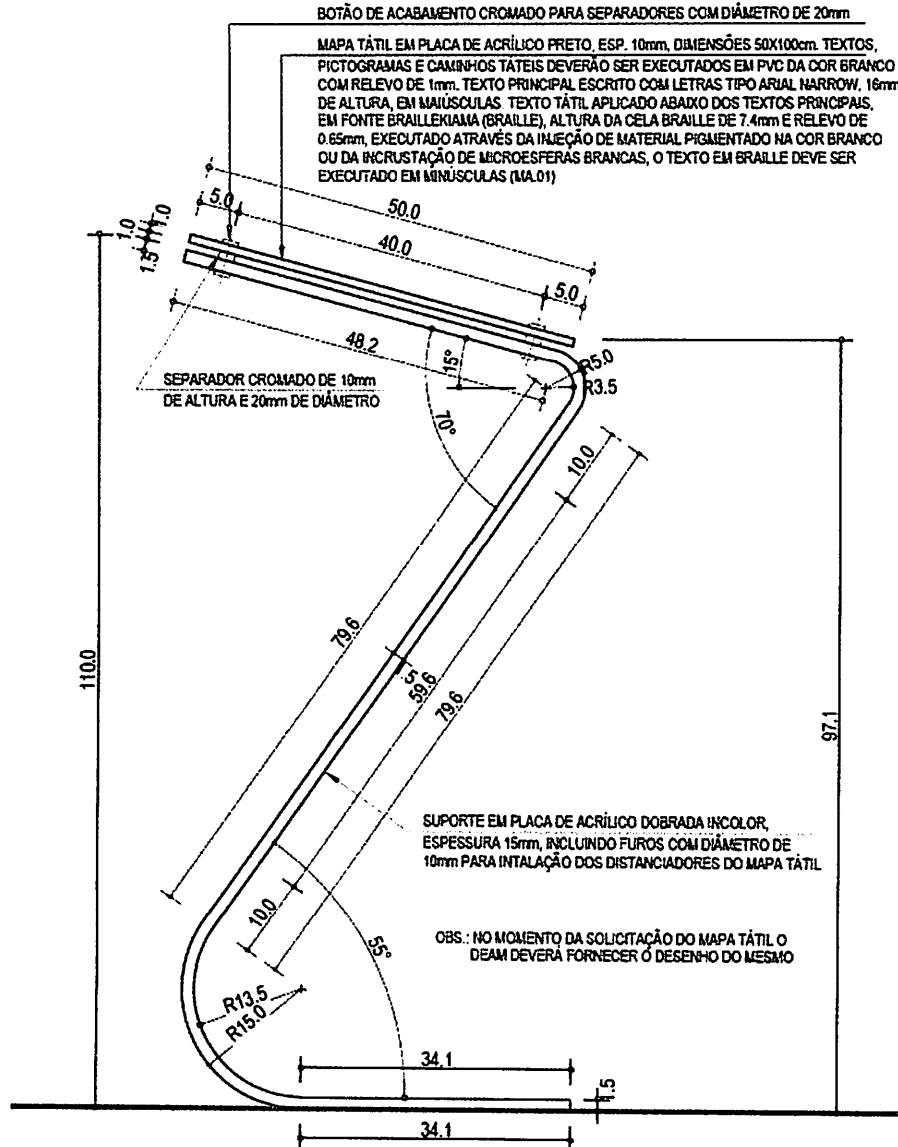
MAPA TÁTIL - PLANTA BAIXA

P

P



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS



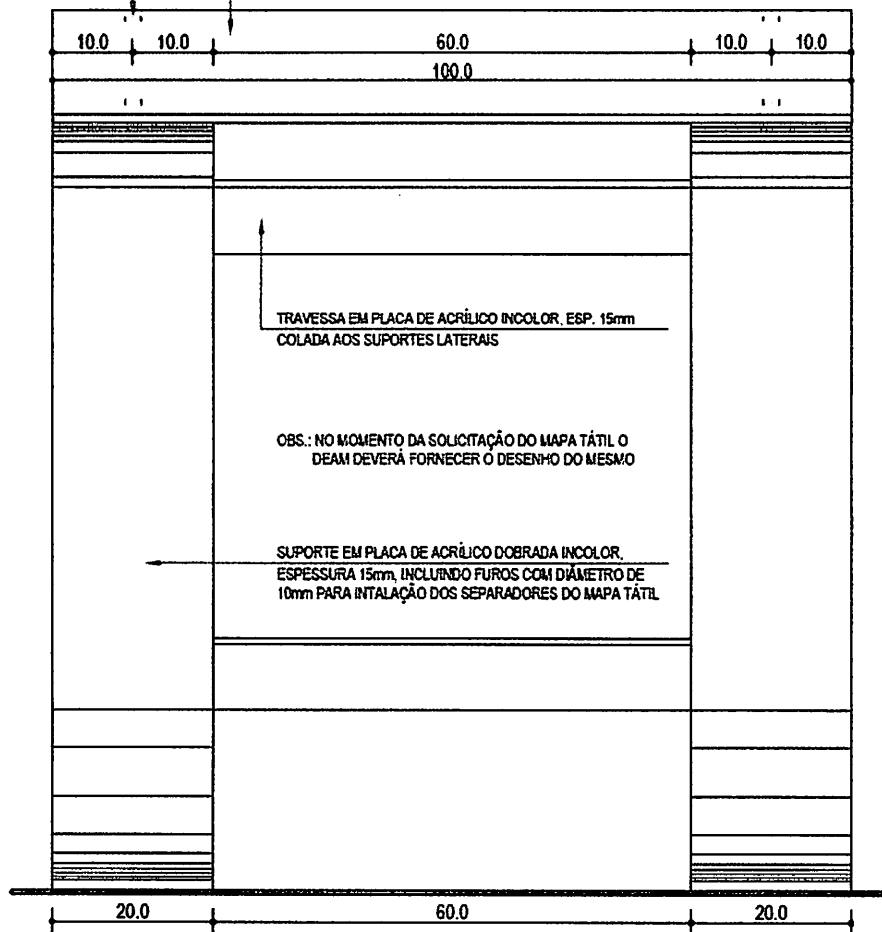
MA.01 - MAPA TÁTIL E MA.02 - SUPORTE PARA MAPA TÁTIL
VISTA LATERAL
DIMENSÕES EM CENTÍMETROS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

BOTÃO DE ACABAMENTO CROMADO PARA SEPARADORES COM DIÂMETRO DE 20mm

MAPA TÁTIL EM PLACA DE ACRÍLICO PRETO, ESP. 10mm. DIMENSÕES 50X100cm. TEXTOS, PICTOGRAMAS E CAMINHOS TÁTEIS DEVERÃO SER EXECUTADOS EM PVC DA COR BRANCO COM RELEVO DE 1mm. TEXTO PRINCIPAL ESCRITO COM LETRAS TIPO ARIAL NARROW, 16mm DE ALTURA, EM MAIÚSCULAS. TEXTO TÁTIL APLICADO ABAIXO DOS TEXTOS PRINCIPAIS, EM FONTE BRAILLEKAMA (BRAILLE), ALTURA DA CELA BRAILLE DE 7,4mm E RELEVO DE 0,65mm. EXECUTADO ATRAVÉS DA INJEÇÃO DE MATERIAL PIGMENTADO NA COR BRANCO OU DA INCRUSTAÇÃO DE MICROESFERAS BRANCAS. O TEXTO EM BRAILLE DEVE SER EXECUTADO EM MAIÚSCULAS (MA.01)



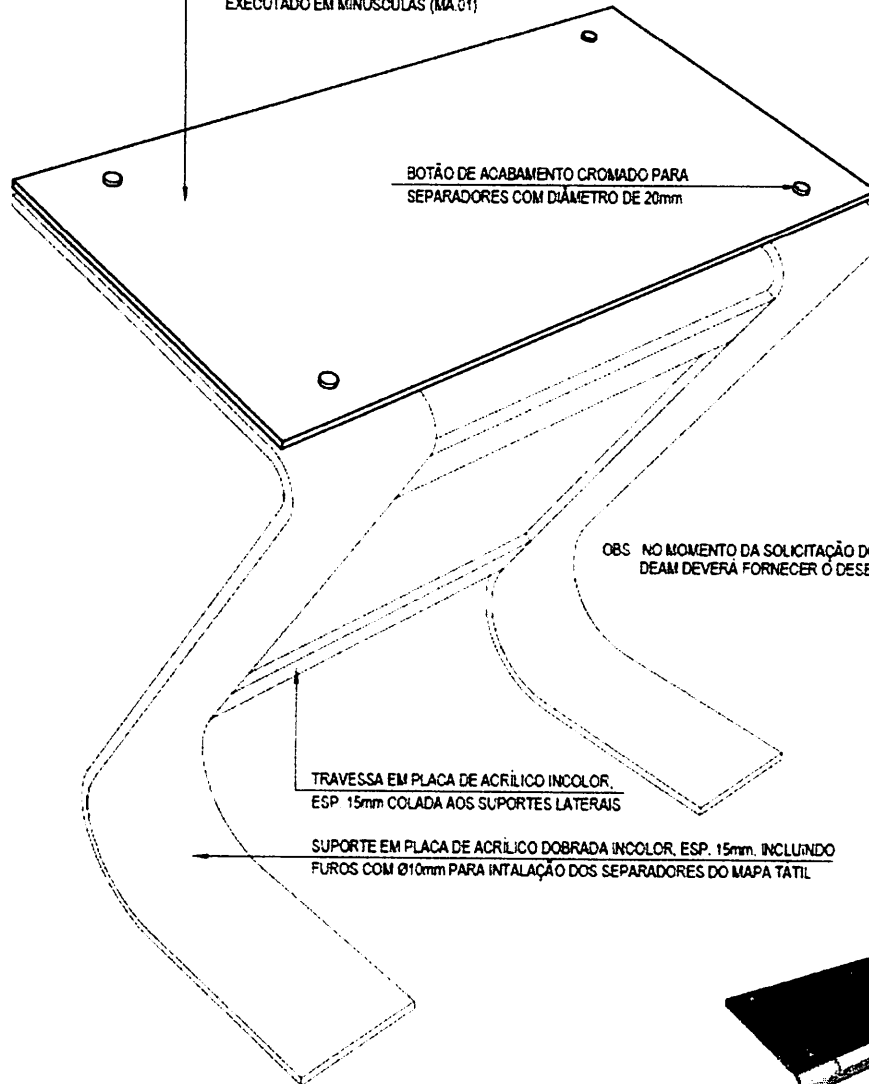
MA.01 - MAPA TÁTIL E MA.02 - SUPORTE PARA MAPA TÁTIL
VISTA FRONTAL
DIMENSÕES EM CENTÍMETROS

R



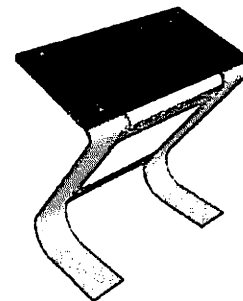
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

MAPA TÁTIL EM PLACA DE ACRÍLICO PRETO, ESP. 10mm, DIMENSÕES 50X100cm. TEXTOS, PICTOGRAMAS E CAMINHOS TÁTEIS DEVERÃO SER EXECUTADOS EM PVC DA COR BRANCO COM RELEVO DE 1mm. TEXTO PRINCIPAL ESCRITO COM LETRAS TIPO ARIAL NARROW, 16mm DE ALTURA, EM MAIÚSCULAS. TEXTO TÁTIL APLICADO ABAIXO DOS TEXTOS PRINCIPAIS, EM FONTE BRAILLEKIANA (BRAILLE) ALTURA DA CELA BRAILLE DE 7,4mm E RELEVO DE 0,65mm, EXECUTADO ATRAVÉS DA INJEÇÃO DE MATERIAL PIGMENTADO NA COR BRANCO OU DA INCRUSTAÇÃO DE MICROESFERAS BRANCAS. O TEXTO EM BRAILLE DEVE SER EXECUTADO EM MINÚSCULAS (MA.01)



OBS: NO MOMENTO DA SOLICITAÇÃO DO MAPA TÁTIL O DEAM DEVERÁ FORNECER O DESENHO DO MESMO

MA.01 - MAPA TÁTIL E
MA.02 - SUPORTE PARA MAPA TÁTIL
PERSPECTIVA



ITEM 48 – Mobilização e Desmobilização (Acima de 100km e até 600km)
ITEM 49 – Mobilização e Desmobilização (Acima de 600km e até 1.300km)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

Os itens relativos à mobilização e desmobilização se referem aos custos para transporte, deslocamento de equipe, embalagem e outros necessários para a realização dos serviços contratados nos imóveis sob administração do TJPA, já devendo ser considerados como parte do preço ofertado para localidades a até 100km de distância da capital Belém e sendo contratado item específico de Mobilização e Desmobilização para o caso de localidades em distâncias superiores a 100km. Dessa forma:

- a) **Serviços realizados na capital Belém e em comarcas localizadas a até 100km de distância de capital**, medida em linha reta, não serão objeto de contratação de item relativo a mobilização e desmobilização da contratada. Dessa forma, a contratada deverá executar os serviços nestas localidades sem a necessidade de contratação de item relativo à mobilização e desmobilização.
- b) **Serviços realizados em comarcas localizadas a uma distância superior a 100km e inferior ou igual a 600km da capital**, medida em linha reta, deverão ser objeto de contratação do item 49 para a realização do serviço de instalação do material contratado. Caso o item relativo à mobilização e desmobilização não seja contratado, o material deverá ser entregue em local a ser indicado pela fiscalização do contrato, dentro do município de Belém.
- c) **Serviços realizados em comarcas localizadas a uma distância superior a 600km e inferior ou igual a 1.300km da capital**, medida em linha reta, deverão ser objeto de contratação do item 50 para a realização do serviço de instalação do material contratado. Caso o item relativo à mobilização e desmobilização não seja contratado, o material deverá ser entregue em local a ser indicado pela fiscalização do contrato, dentro do município de Belém.

A distância de referência, entre comarca e capital, considerada para a contratação dos itens relativos à mobilização e desmobilização, corresponderá à distância em linha reta entre os municípios, devendo ser verificada através do site da Secretaria de Estado de Transportes do Governo do Estado do Pará através da opção “Distância entre municípios”.

A contratação de 01 (uma) unidade do item relativo à mobilização e desmobilização deverá atender ao conjunto de serviços que serão realizados em determinada comarca, independente do número de itens que serão atendidos.

4. QUANTITATIVO

LOTE ÚNICO – COMUNICAÇÃO VISUAL E TÁTIL					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	Valor Médio Unitário (R\$)	Valor Médio Global (R\$)
01	BRASÃO TJPA em alumínio fundido, H=20cm	un	20	1.245,00	24.900,00
02	BRASÃO TJPA em alumínio fundido, H=60cm	un	20	1.845,00	36.900,00
03	LETRA METÁLICA em chapa de ferro nº 18, H=15cm	un	300	150,00	45.000,00
04	LETRA METÁLICA em chapa de ferro nº 18, H=20cm	un	300	220,00	66.000,00

P

P



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

05	LETRA METÁLICA em chapa de ferro nº 18, H=30cm	un	300	275,00	82.500,00
06	PLACA DE PAREDE METÁLICA com texto gravado, DIM. 100x120cm	un	20	4.700,00	94.000,00
07	PLACA DE PAREDE METÁLICA com texto gravado, DIM. 50x50cm	un	20	2.600,00	52.000,00
08	PLACA DE PAREDE METÁLICA com texto adesivado, DIM. 100x120cm	un	20	2.095,00	41.900,00
09	PLACA DE PAREDE METÁLICA com texto adesivado, DIM. 50x50cm	un	20	1.495,00	29.900,00
10	PLACA DE PAREDE EM ACRÍLICO 8mm, TIPO SIMPLES. Dimensões variadas	m ²	100	2.595,00	259.500,00
11	PLACA DE PAREDE EM ACRÍLICO 5mm, TIPO BANDEIRA. Dimensões variadas	m ²	10	1.845,00	18.450,00
12	PLACA SUSPensa EM ACRÍLICO 5mm. Dimensões variadas	m ²	10	2.645,00	26.450,00
13	PLACA DE PAREDE EM ACRÍLICO COM PAINEL DE MADEIRA	un	10	2.100,00	21.000,00
14	PLACA DE PORTA EM ACRÍLICO 5mm, DIM. 30x8cm	un	400	74,50	29.800,00
15	PLACA DE PORTA EM ACRÍLICO 5mm, DIM. 20x20cm	un	200	124,50	24.900,00
16	PLACA DE PORTA EM ACRÍLICO E LAMINADO , DIM. 30x15cm	un	80	149,50	11.960,00
17	PLACA DE PORTA EM ACRÍLICO E LAMINADO , DIM. 20x20cm	un	40	190,00	7.600,00
18	PLACA DE PORTA EM ACRÍLICO E MADEIRA , DIM. 40x10cm	un	20	346,00	6.920,00
19	PLACA DE PORTA EM ACRÍLICO E MADEIRA , DIM. 20x20cm	un	10	400,00	4.000,00
20	PLACA DE MESA em acrílico, TIPO PERGAMINHO	un	10	882,50	8.825,00
21	PLACA DE MESA em acrílico, TIPO RETANGULAR	un	20	324,00	6.480,00
22	PLACA DE MESA metálica dourada, TIPO RETANGULAR	un	10	398,00	3.980,00
23	PLACA DE POLTRONA em acrílico, DIM. 9x3cm	un	10	90,00	900,00
24	PLACA EXTERNA METÁLICA em chapa de ferro nº 22. Dimensões variadas	m ²	10	895,00	8.950,00
25	CAVALETE METÁLICO em tubo de ferro galvanizado Ø4cm e chapa de ferro esp. 2mm	un	10	1.245,00	12.450,00

Q

Q



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

26	ADESIVO DE BRASÃO, H=20cm	un	20	129,00	2.580,00
27	ADESIVO DE BRASÃO, H=60cm	un	20	173,50	3.470,00
28	ADESIVO DE LETRA, H=15cm	un	300	49,50	14.850,00
29	ADESIVO DE LETRA, H=20cm	un	300	69,50	20.850,00
30	ADESIVO DE LETRA, H=30cm	un	300	84,50	25.350,00
31	ADESIVO EM FAIXA, H= até 20cm	m	100	125,00	12.500,00
32	ADESIVO EM FAIXA, H= acima de 20cm e até 40cm	m	100	170,00	17.000,00
33	ADESIVO EM FAIXA, H= acima de 40cm e até 60cm	m	100	215,00	21.500,00
34	SUBSTITUIÇÃO DE ADESIVO de placas de porta e mesa. Dimensões variadas.	un	300	150,00	45.000,00
35	SUBSTITUIÇÃO DE ADESIVO de placas de parede. Dimensões variadas.	m ²	300	160,00	48.000,00
36	RECUPERAÇÃO DE PLACA METÁLICA	m ²	20	1.500,00	30.000,00
37	PLACA TÁTIL DE PAREDE, DIM. 20x10cm	un	50	470,00	23.500,00
38	PLACA TÁTIL DE BATENTE E CORRIMÃO, DIM. 10x2,5cm	un	50	170,50	8.525,00
39	CONJUNTO DE SINALIZAÇÃO VISUAL DE DEGRAUS	un	100	64,50	6.450,00
40	SINALIZAÇÃO DE ÁREA DE ESPERA E ÁREA DE RESGATE	un	10	943,50	9.435,00
41	ADESIVO PARA ASSENTO E ATENDIMENTO PREFERENCIAL	un	20	44,00	880,00
42	ADESIVO DO SÍMBOLO INTERNACIONAL DE ACESSO	un	20	40,00	800,00
43	DISPOSITIVO DE SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA	un	10	1.617,50	16.175,00
44	SUPORTE PARA SINALIZAÇÃO VERTICAL de vagas de estacionamento	un	10	549,00	5.490,00
45	PLACA DE SINALIZAÇÃO VERTICAL de vagas de estacionamento	un	10	388,50	3.885,00
46	SUPORTE PARA MAPA TÁTIL	un	20	1.095,00	21.900,00

P

P



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

47	MAPA TÁTIL	un	20	1.150,00	23.000,00
48	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO (Acima de 100km e até 600km)	un	100	1.900,00	190.000,00
49	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO (Acima de 600 e até 1.300km)	un	100	3.000,00	300.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE ÚNICO				R\$ 1.776.405,00	

5. DAS ESPECIFICAÇÕES

As especificações constantes neste Termo de Referência constituem o tipo de bem que esta Corte pretende adquirir, estando passíveis de desclassificação fornecedores que apresentem proposta de material divergente do contido em tal documento.

6. DA PROPOSTA

O prazo de validade da proposta apresentada não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias.

Os preços deverão ser ofertados em moeda corrente nacional e serão absolutamente líquidos, já incluídos todos os custos, diretos ou indiretos, inerentes ao objeto (salários, tributos, encargos sociais, fretes, material, etc.).

É de responsabilidade do Proponente o conhecimento das características do material relacionado no objeto desta licitação.

A apresentação de proposta implica na aceitação plena deste instrumento e de seus termos, não cabendo qualquer alegação posterior quanto ao não entendimento do mesmo.

A licitante deverá apresentar proposta para todos os itens do lote único, sob pena de desclassificação da mesma.

Não será admitida, em hipótese nenhuma, a alteração nos quantitativos solicitados pelo TJPA dos materiais especificados.

7. DA CAPACIDADE TÉCNICA

Será exigido da empresa licitante que apresente um ou mais **atestados de capacidade técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante já forneceu, a contento, objeto compatível com o definido no presente Termo de Referência, conforme definido abaixo:

- Placa de acrílico: Mínimo de 100 unidades fornecidas
- Placa metálica: Mínimo de 100 unidades fornecidas

8. DA EXECUÇÃO

A empresa contratada deverá seguir rigorosamente as especificações técnicas estabelecidas por este Termo de Referência e os detalhes que forem fornecidos pelo setor técnico do TJPA, no momento da autorização para execução de serviço.

Nos casos de serviços de alteração ou acréscimo da comunicação visual, a contratada deverá seguir rigorosamente os mesmos padrões existentes nos locais, incluindo cores, estilos, fontes, tamanhos de letras e materiais.

Detalhamentos que apresentem textos como: "placa reserva", "XX" e/ou "deixar em branco", se referem a textos e numerações que deverão ser definidas e adesivadas posteriormente, não devendo ser executado o referido texto sem a devida confirmação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

Serviços que impliquem em visita aos imóveis sob administração do TJPA deverão ser agendados com antecedência mínima de 2 dias úteis junto a fiscalização do contrato. Na oportunidade deverão ser listados os locais de execução dos serviços, os funcionários da contratada responsáveis pelo serviço e um documento de identificação dos funcionários para verificação no acesso ao imóvel.

Serviços que necessitem ser executados em imóveis sob administração do TJPA deverão ser executados, preferencialmente, em dias úteis e durante o horário de expediente da unidade (de 08:00 às 14:00hrs).

Será de inteira responsabilidade da empresa contratada a retirada, transporte, envio e instalação dos itens contratados para comarcas distantes até 100 (cem) km da capital Belém, não implicando em custos adicionais para o TJPA.

Para comarcas situadas em distâncias superiores a 100 (cem) km da capital Belém, poderá ser contratada 01 (uma) unidade dos itens referentes à mobilização e desmobilização para a realização do envio e instalação dos itens contratados.

Caso o item relativo à mobilização e desmobilização não seja contratado, o material deverá ser entregue devidamente embalado, incluindo buchas, parafusos e demais materiais necessários para sua instalação, em local a ser indicado pela fiscalização do contrato, dentro do município de Belém.

A distância de referência, entre comarca e capital, considerada para a contratação dos itens relativos à mobilização e desmobilização, corresponderá à distância em linha reta entre os municípios, devendo ser verificada através do site da Secretaria de Estado de Transportes do Governo do Estado do Pará através da opção "Distância entre municípios".

A contratação de 01 (uma) unidade do item relativo à mobilização e desmobilização deverá atender a todo conjunto de serviços que serão realizados em determinada comarca, independentemente do número de itens que serão atendidos.

Nos casos de materiais a serem recuperados ou readesivados em comarcas situadas em distâncias superiores a 100 (cem) km da capital Belém, estes deverão ser recolhidos pelo TJPA e disponibilizados para a contratada em local a ser indicado pela fiscalização do contrato, dentro do município de Belém.

A contratada é responsável pelo fornecimento das ferramentas e materiais necessários para a execução dos serviços contratados, bem como para a realização das instalações e desinstalações que se fizerem necessárias.

A contratada é responsável pela limpeza da área onde forem realizados os serviços contratados.

9. DO PRAZO DE EXECUÇÃO E GARANTIA

O prazo de execução dos serviços solicitados para comarcas distantes até 100 (cem) km da capital Belém ou que sejam previstos para serem entregues dentro do município de Belém, deverão seguir os prazos definidos através da tabela abaixo:

LOTE ÚNICO – COMUNICAÇÃO VISUAL E TÁTIL				
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	PRAZO DE EXECUÇÃO (dias corridos)	PRAZO DE GARANTIA (meses)
01	BRASÃO TJPA em alumínio fundido, H=20cm	un	15	12
02	BRASÃO TJPA em alumínio fundido, H=60cm	un	15	12
03	LETRA METÁLICA em chapa de ferro nº 18, H=15cm	un	15	12
04	LETRA METÁLICA em chapa de ferro nº 18, H=20cm	un	15	12
05	LETRA METÁLICA em chapa de ferro nº 18, H=30cm	un	15	12



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

06	PLACA DE PAREDE METÁLICA com texto gravado, DIM. 100x120cm	un	20	12
07	PLACA DE PAREDE METÁLICA com texto gravado, DIM. 50x50cm	un	20	12
08	PLACA DE PAREDE METÁLICA com texto adesivado, DIM. 100x120cm	un	10	12
09	PLACA DE PAREDE METÁLICA com texto adesivado, DIM. 50x50cm	un	10	12
10	PLACA DE PAREDE EM ACRÍLICO 8mm, TIPO SIMPLES. Dimensões variadas	m ²	10	6
11	PLACA DE PAREDE EM ACRÍLICO 5mm, TIPO BANDEIRA. Dimensões variadas	m ²	10	6
12	PLACA SUSPensa EM ACRÍLICO 5mm. Dimensões variadas	m ²	10	6
13	PLACA DE PAREDE EM ACRÍLICO COM PAINEL DE MADEIRA	un	10	6
14	PLACA DE PORTA EM ACRÍLICO 5mm, DIM. 30x8cm	un	10	6
15	PLACA DE PORTA EM ACRÍLICO 5mm, DIM. 20x20cm	un	10	6
16	PLACA DE PORTA EM ACRÍLICO E LAMINADO, DIM. 30x15cm	un	10	6
17	PLACA DE PORTA EM ACRÍLICO E LAMINADO, DIM. 20x20cm	un	10	6
18	PLACA DE PORTA EM ACRÍLICO E MADEIRA, DIM. 40x10cm	un	10	6
19	PLACA DE PORTA EM ACRÍLICO E MADEIRA, DIM. 20x20cm	un	10	6
20	PLACA DE MESA em acrílico, TIPO PERGAMINHO	un	10	6
21	PLACA DE MESA em acrílico, TIPO RETANGULAR	un	10	6
22	PLACA DE MESA metálica dourada, TIPO RETANGULAR	un	10	6
23	PLACA DE POLTRONA em acrílico, DIM. 9x3cm	un	10	6
24	PLACA EXTERNA METÁLICA em chapa de ferro nº 22. Dimensões variadas	m ²	20	12
25	CAVALETE METÁLICO em tubo de ferro galvanizado Ø4cm e chapa de ferro esp. 2mm	un	20	12
26	ADESIVO DE BRASÃO, H=20cm	un	10	3



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

27	ADESIVO DE BRASÃO, H=60cm	un	10	3
28	ADESIVO DE LETRA, H=15cm	un	10	3
29	ADESIVO DE LETRA, H=20cm	un	10	3
30	ADESIVO DE LETRA, H=30cm	un	10	3
31	ADESIVO EM FAIXA, H= até 20cm	m	10	3
32	ADESIVO EM FAIXA, H= acima de 20cm e até 40cm	m	10	3
33	ADESIVO EM FAIXA, H= acima de 40cm e até 60cm	m	10	3
34	SUBSTITUIÇÃO DE ADESIVO de placas de porta e mesa. Dimensões variadas	un	10	3
35	SUBSTITUIÇÃO DE ADESIVO de placas de parede. Dimensões variadas.	m ²	10	3
36	RECUPERAÇÃO DE PLACA METÁLICA	m ²	20	6
37	PLACA TÁTIL DE PAREDE, DIM. 20x10cm	un	20	6
38	PLACA TÁTIL DE BATENTE E CORRIMÃO, DIM. 10x2,5cm	un	20	6
39	CONJUNTO DE SINALIZAÇÃO VISUAL DE DEGRAUS	un	10	6
40	SINALIZAÇÃO DE ÁREA DE ESPERA E ÁREA DE RESGATE	un	20	6
41	ADESIVO PARA ASSENTO E ATENDIMENTO PREFERENCIAL	un	10	3
42	ADESIVO DO SÍMBOLO INTERNACIONAL DE ACESSO	un	10	3
43	DISPOSITIVO DE SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA	un	20	12
44	SUPORTE PARA SINALIZAÇÃO VERTICAL de vagas de estacionamento	un	20	12
45	PLACA DE SINALIZAÇÃO VERTICAL de vagas de estacionamento	un	20	12
46	SUPORTE PARA MAPA TÁTIL	un	20	12
47	MAPA TÁTIL	un	20	12



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

48	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO (Acima de 100km e até 600km)	un	+ 5 dias	-
49	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO (Acima de 600km e até 1.300km)	un	+ 5 dias	-

No caso de serviços realizados em comarcas situadas em distâncias superiores a 100 (cem) km da capital Belém, ou seja, quando forem contratados itens referentes a mobilização e desmobilização, o prazo de execução do conjunto de serviços contratados corresponderá ao prazo do item de maior prazo, de acordo com a tabela anterior, acrescido em 5 (cinco) dias devido a necessidade de mobilização e desmobilização para a realização dos serviços.

O prazo para a execução dos serviços será contado em dias corridos a partir do envio da nota de empenho ou da ordem de serviço a contratada.

O prazo de garantia dos serviços será contado em dias corridos a partir da data de recebimento definitivo do serviço. A garantia dos materiais e serviços nos prazos estabelecidos não implicam em qualquer ônus adicional para o TJPA.

Todos os custos para atendimento a garantia dos serviços e materiais correrão por conta da contratada, incluindo custos para retirada, transporte e reinstalação do material, caso seja necessário.

10. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

No ato da entrega ou instalação dos itens contratados o recebimento se dará de forma provisória.

Os itens inicialmente recebidos de forma provisória serão recebidos definitivamente em até 15 (quinze) dias corridos após a verificação da conformidade de suas características com as solicitadas neste Termo de Referência.

Se após o recebimento provisório constatar-se que os itens foram executados em desacordo com as especificações, com defeito ou incompletos, a contratada será notificada e terá o prazo de 10 dias corridos para sanar todas as inconsistências, sob pena de aplicação das sanções previstas nos casos de inexecução contratual.

A repetição da identificação de inconformidades na execução dos itens contratados também poderá ensejar na aplicação das sanções previstas nos casos de inexecução contratual.

11. DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado nos prazos legalmente estabelecidos, a partir da apresentação das respectivas notas fiscais, tendo sido cumpridos todos os critérios estabelecidos neste Termo de Referência e estando devidamente atestada a nota.

12. DAS OBRIGAÇÕES

A. DA CONTRATADA

A licitante que não possuir escritório de representação ou filial na Região Metropolitana de Belém deverá apresentar declaração, na fase de habilitação, se comprometendo a abrir escritório de representação na Região Metropolitana de Belém no prazo máximo e improrrogável de 60 (sessenta) dias.

Fornecer os bens conforme especificações, marcas, garantias e preços propostos na licitação, e de acordo com as quantidades solicitadas pelo TJPA.

Solicitar ao Tribunal de Justiça, em tempo hábil e por escrito, quaisquer informações ou esclarecimentos que julgar necessário, que possam vir a comprometer a execução do serviço.

Quando for necessário, apresentar previamente a Secretaria de Engenharia e Arquitetura e ao fiscal do contrato, antes da impressão e confecção definitiva, os protótipos, com as legendas, de cada um dos itens solicitados.

Arcar com qualquer prejuízo causado à Administração ou a terceiros por seus empregados ou preposto de transportadoras durante a entrega dos bens.

Comunicar ao TJPA toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada durante a fase de execução dos itens.

Manter, durante a vigência do Registro de Preço, as condições de habilitação e qualificação necessárias para a contratação da Administração Pública, apresentando sempre que exigidos, os comprovantes de regularidade fiscal, jurídica, técnica e econômica.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

Acatar as exigências do Termo de Referência e do edital, sujeitando-se à fiscalização do TJPA, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas dos valores devidos aos seus empregados no cumprimento das obrigações desta licitação, respondendo por quaisquer danos causados aos equipamentos desde o transporte dos mesmos até sua entrega final no local indicado.

Responsabilizar-se pela recomposição e/ou correção de quaisquer defeitos ou prejuízos que venham a causar nos elementos construtivos do TJPA (alvenaria, instalações gerais, pisos e revestimentos, etc.).

B. DA CONTRATANTE

Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a contratada possa fornecer o objeto dentro das especificações exigidas neste Termo de Referência.

Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente aos itens solicitados.

Encaminhar a nota de empenho para a contratada.

Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços e confecção dos materiais contratados.

Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

Notificar a contratada sobre imperfeições ou falhas nos serviços executados para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias, aplicando, se for o caso, as penalidades previstas em contrato.

Realizar o recebimento dos serviços que atendam aos requisitos constantes deste Termo de Referência.

Verificar a regularidade da contratada perante o FGTS e em face das contribuições administradas devidas à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e das inscrições em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), antes de cada pagamento.

Efetuar os pagamentos na forma e no prazo estabelecido em contrato.

13. DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto e pelo descumprimento de qualquer das obrigações previstas neste Termo de Referência, serão aplicadas as penalidades previstas em contrato.

14. DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do contrato será de responsabilidade da Secretaria de Engenharia e Arquitetura, sendo realizada pela servidora Gláucia Regina Centeno Cordeiro de Campos.

São atribuições do fiscal:

- a) Conferir se os itens executados estão de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência.
- b) Atestar as notas fiscais.
- c) Encaminhar as notas fiscais para pagamento.
- d) Notificar por escrito a Secretaria de Engenharia e Arquitetura o atraso na execução dos itens contratados ou o descumprimento de quaisquer das cláusulas do Registro de Preço.
- e) Manter contato com a contratada com vistas a garantir o cumprimento integral do Registro de Preço.

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 2037/2017 – SP, 24 DE JULHO DE 2017.
 Nome: ANDREA FERREIRA SILVEIRA / Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO / Matrícula: 70599 / Nº. de Diárias: 5 (cinco) / Origem: BELEM/PA / Destino: CUIABÁ/MT / Período: 04 à 06 e 11 à 13/08/2017 / Objeto: PARTICIPAR DO MÓDULO II DO CURSO DE MEDIAÇÃO COM ÊNFASE EM CONFLITOS COLETIVOS E FUNDIÁRIOS

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 2038/2017 – SP, 24 DE JULHO DE 2017.
 Nome: ADA MARIA SALDANHA DE VASCONCELOS / Cargo: CHEFE DA UNIDADE LOCAL DE ARRECADACÃO / Matrícula: 141046 / Nº. de Diárias: 4½ (quatro e meia) / Origem: LIMOEIRO DO AJURU/PA / Destino: CAMETÁ/PA / Período: 31/07 e 04/08/2017 / Objeto: TREINAMENTO NA UNIDADE DE ARRECADACÃO DA COMARCA

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 2039/2017 – SP, 24 DE JULHO DE 2017.
 Nome: FLAVIO OLIVEIRA LAUANDE / Cargo: JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE SANTARÉM / Matrícula: 149063 / Nº. de Diárias: ½ (meia) / Origem: SANTARÉM/PA / Destino: ALENQUER/PA / Período: 03/08/2017 / Objeto: REALIZAR AUDIÊNCIAS.

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 2040/2017 – SP, 24 DE JULHO DE 2017.
 Nome: ADELCEDES VASCONCELOS MARINHO / Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO / Matrícula: 46701 / Nº. de Diárias: ½ (meia) / Origem: SANTARÉM/PA / Destino: ALENQUER/PA / Período: 03/08/2017 / Objeto: AUXILIAR MAGISTRADO EM AUDIÊNCIAS.

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 2041/2017 – SP, 24 DE JULHO DE 2017.
 Nome: MARCIO RICARDO BORGES LIMA / Cargo: SERVIÇO MILITAR / Matrícula: 148024 / Nº. de Diárias: 1½ (uma e meia) / Origem: BELEM/PA / Destino: TOMÉ AÇU/PA / Período: 26 à 27/07/2017 / Objeto: AÇÕES INSTITUCIONAIS.

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 2042/2017 – SP, 25 DE JULHO DE 2017.
 Nome: ALDENIR SILVA DA ROCHA / Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO / Matrícula: 88048 / Nº. de Diárias: 1 (uma) / Origem: CASTANHAL/PA / Destino: SANTA MARIA DO PARÁ/PA / Período: 26 e 27/07/217 / Objeto: ESTUDO MULTIDISCIPLINAR.

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 2043/2017 – SP, 25 DE JULHO DE 2017.
 Nome: JERUSA MATOS DA SILVA / Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO / Matrícula: 116645 / Nº. de Diárias: 1 (uma) / Origem: CASTANHAL/PA / Destino: SANTA MARIA DO PARÁ/PA / Período: 26 e 27/07/217 / Objeto: ESTUDO MULTIDISCIPLINAR.

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 2044/2017 – SP, 25 DE JULHO DE 2017.
 Nome: ALDENIR SILVA DA ROCHA / Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO / Matrícula: 88048 / Nº. de Diárias: ½ (meia) / Origem: CASTANHAL/PA / Destino: SÃO FRANCISCO DO PARÁ/PA / Período: 28/07/217 / Objeto: ESTUDO MULTIDISCIPLINAR.

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 2045/2017 – SP, 25 DE JULHO DE 2017.
 Nome: JERUSA MATOS DA SILVA / Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO / Matrícula: 116645 / Nº. de Diárias: ½ (meia) / Origem: CASTANHAL/PA / Destino: SÃO FRANCISCO DO PARÁ/PA / Período: 28/07/217 / Objeto: ESTUDO MULTIDISCIPLINAR.

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 2046/2017 – SP, 25 DE JULHO DE 2017.
 Nome: MARLENE SANTOS GOMES / Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO / Matrícula: 102326 / Nº. de Diárias: ½ (meia) / Origem: MARABÁ/PA / Destino: ABEL DE FIGUEIREDO/PA / Período: 25/07/2017 / Objeto: ESTUDO SOCIAL.

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 2047/2017 – SP, 25 DE JULHO DE 2017.
 Nome: DANIEL FONTES PEREIRA / Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO / Matrícula: 116955 / Nº. de Diárias: 10½ (dez e meia) / Origem: BELEM/PA / Destino: PACAJÁ E NOVO REPARTIMENTO/PA / Período: 01 à 11/08/2017 / Objeto: TI ITINERANTE.

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 2048/2017 – SP, 25 DE JULHO DE 2017.
 Nome: VITOR DE OLIVEIRA ALMEIDA / Cargo: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR / Matrícula: 91031 / Nº. de Diárias: 2½

(duas e meia) / Origem: REDENÇÃO/PA / Destino: CUMARU DO NORTE/PA / Período: 01 à 03/08/2017 / Objeto: CUMPRIR MANDADOS.

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 2049/2017 – SP, 25 DE JULHO DE 2017.
 Nome: CLEMILTON SALOMÃO DE OLIVEIRA / Cargo: JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE OBIDOS / Matrícula: 113671 / Nº. de Diárias: ½ (meia) / Origem: OBIDOS/PA / Destino: ORIXIMINÁ/PA / Período: 26/07/17 / Objeto: REALIZAR AUDIÊNCIAS.

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 2050/2017 – SP, 25 DE JULHO DE 2017.
 Nome: WILLIAM RIBEIRO CAMPOS / Cargo: SD PM / Matrícula: 92291 / Nº. de Diárias: ½ (meia) / Origem: SANTARÉM/PA / Destino: ALENQUER/PA / Período: 03/08/2017 / Objeto: AÇÕES INSTITUCIONAIS.

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 2051/2017 – SP, 26 DE JULHO DE 2017.
 Nome: NAZARENO DE JESUS PUREZA DA COSTA / Cargo: AUXILIAR JUDICIÁRIO / Matrícula: 8993 / Nº. de Diárias: 3 (três) / Origem: BELEM/PA / Destino: SANTARÉM/PA / Período: 26 à 29/07/2017 / Objeto: COMPLEMENTAÇÃO DE DIÁRIAS AUTORIZADAS NA PORTARIA Nº 1843/2017-SP DE 05/07/2017, EM VIRTUDE DA NECESSIDADE DE ADIAR SUA ESTADA NA COMARCA PARA FINALIZAÇÃO DO SERVIÇO

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 2052/2017 – SP, 26 DE JULHO DE 2017.
 Nome: EDIRAN MARINQUES SOUZA OLIVEIRA / Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO / Matrícula: 150703 / Nº. de Diárias: 3 (três) / Origem: PARAUPEBAS/PA / Destino: MARABÁ/PA / Período: 09 à 10/06 e 07 à 08/07/17 / Objeto: CURSO DIREITO AGRÁRIO, AMBIENTAL E MINERÁRIO.

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 2053/2017 – SP, 26 DE JULHO DE 2017.
 Nome: MANOEL AGAPITO MAIA FILHO / Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO / Matrícula: 126691 / Nº. de Diárias: ½ (meia) / Origem: TERMO JUDICIÁRIO DE COLARES/PA / Destino: BELEM/PA / Período: 31/07/17 / Objeto: REALIZAR ENTREGA DE PROCESSOS JUNTO AO NÚCLEO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 2054/2017 – SP, 26 DE JULHO DE 2017.
 Nome: MONICA LUZ COSTA MANGUE / Cargo: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR / Matrícula: 117927 / Nº. de Diárias: 1½ (uma e meia) / Origem: ITAITUBA/PA / Destino: TRAIRÃO/PA / Período: 31/07 à 01/08/2017 / Objeto: CUMPRIR DILIGÊNCIAS.

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 2055/2017 – SP, 26 DE JULHO DE 2017.
 Nome: ADAILTON CORDOVIL VALENTE / Cargo: SERVIÇO MILITAR / Matrícula: 148750 / Nº. de Diárias: 3½ (três e meia) / Origem: BELEM/PA / Destino: SALINÓPOLIS/PA / Período: 28 à 31/07/2017 / Objeto: AÇÕES INSTITUCIONAIS.

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 2056/2017 – SP, 26 DE JULHO DE 2017.
 Nome: AGLISON JOSÉ PINHEIRO RODRIGUES / Cargo: CB PM MILITAR / Matrícula: 110078 / Nº. de Diárias: 3½ (três e meia) / Origem: BELEM/PA / Destino: SALINÓPOLIS/PA / Período: 28 à 31/07/2017 / Objeto: AÇÕES INSTITUCIONAIS.

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 2057/2017 – SP, 26 DE JULHO DE 2017.
 Nome: ARLENO FREITAS DE SOUZA / Cargo: SERVIÇO MILITAR / Matrícula: 85707 / Nº. de Diárias: 3½ (três e meia) / Origem: BELEM/PA / Destino: SALINÓPOLIS/PA / Período: 28 à 31/07/2017 / Objeto: AÇÕES INSTITUCIONAIS.

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 2058/2017 – SP, 26 DE JULHO DE 2017.
 Nome: ELCILENE PAMPLONA COSTA / Cargo: SERVIÇO MILITAR / Matrícula: 122084 / Nº. de Diárias: 3½ (três e meia) / Origem: BELEM/PA / Destino: SALINÓPOLIS/PA / Período: 28 à 31/07/2017 / Objeto: AÇÕES INSTITUCIONAIS.

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 2059/2017 – SP, 26 DE JULHO DE 2017.
 Nome: MARCELO DA SILVA LEAL / Cargo: SERVIÇO MILITAR / Matrícula: 79570 / Nº. de Diárias: 3½ (três e meia) / Origem: BELEM/PA / Destino: SALINÓPOLIS/PA / Período: 28 à 31/07/2017 / Objeto: AÇÕES INSTITUCIONAIS.

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 2060/2017 – SP, 26 DE JULHO DE 2017.
 Nome: MARIA TELMA VIEIRA DA CRUZ / Cargo: SERVIÇO MILITAR / Matrícula: 121886 / Nº. de Diárias: 3½ (três e meia) / Origem: BELEM/PA / Destino: SALINÓPOLIS/PA / Período: 28 à 31/07/2017 / Objeto: AÇÕES INSTITUCIONAIS.
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 2061/2017 – SP, 26 DE JULHO DE 2017.
 Nome: JAIME DIAS LIMA / Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO / Matrícula: 124125 / Nº. de Diárias: 5½ (cinco e meia) / Origem: BELEM/PA / Destino: SANTARÉM/PA / Período: 30/07 à 04/08/2017 / Objeto: REALIZAR CORREÇÃO.

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 2062/2017 – SP, 26 DE JULHO DE 2017.
 NOME: ROSYMARY NEVES TEIXEIRA / CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO / MATRÍCULA: 42680 / Nº. DE DIÁRIAS: 5½ (cinco e meia) / Origem: BELEM/PA / Destino: SANTARÉM/PA / Período: 30/07 à 04/08/2017 / Objeto: REALIZAR CORREÇÃO.

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 2063/2017 – SP, 26 DE JULHO DE 2017.
 Nome: JANE CELIA BEGOT DE SOUZA OLIVEIRA / Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO / Matrícula: 76325 / Nº. de Diárias: 1½ (cinco e meia) / Origem: ALTAMIRA/PA / Destino: MEDICILÂNDIA/PA / Período: 27 à 28/07/2017 / Objeto: ESTUDO DE CASO.

Protocolo: 210733

OUTRAS MATÉRIAS

Extrato da Ata de Registro de Preço nº. 020/2017/TJPA – Pregão 032/2017/TJPA // Objeto: Registro de Preços para eventual fornecimento, instalação e recuperação de peças de comunicação visual e tático para os imóveis sob administração do Tribunal de Justiça do Pará – TJPA // Empresa: C K ARTBANNER SERVIÇOS E COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 06.227.304/0001-72, com sede na cidade de Tucuruí, Estado do Pará, à Rua São Paulo, nº 136, bairro Bela Vista, CEP nº 68.455-020, Email: licitacao@artbanner.com.br, Telefone/Fax: (094) 3787-2441/0921 e Celular nº (094) 98147-3993 // Vigência: início em 27/07/2017 e término em 27/07/2018 // Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 02.061.1419.8173 / 02.061.1419.8174 / 02.061.1419.8175 / 02.122.1421.8193 / 02.122.1421.8194 / 02.122.1421.8195, Natureza da Despesa: 339030; Fonte de Recurso: 0118 // Data da assinatura: 27/07/2017 // Responsável pela assinatura: Francisco de Oliveira Campos Filho – Secretário de Administração // Ordenador Responsável: Sueli Lima Ramos Azevedo.

Protocolo: 208946

LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2017 – CPL/ALEPA

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, por sua Comissão Permanente de Licitação nomeada através do Ato da Mesa nº 015/2017, TORNA PÚBLICO a realização de Credenciamento objetivando a “CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS INTELLECTUAIS DE CONSULTORIA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM DIREITO CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO, RELATIVAS À ELABORAÇÃO TÉCNICA DE SUGESTÃO DE PROJETO DE LEI, DESTINADA A REGULAMENTAR A RECOMPOSIÇÃO DAS PERDAS TRIBUTÁRIAS DECORRENTES DA LEI KANDIR. Os interessados poderão inscrever-se para Credenciamento, a partir da publicação do presente aviso no Setor de Licitações, da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, localizada na cidade de Belém – PA.

PRAZO PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES: do dia 07/08/2013 ao dia 17/08/2016, de 08h00min às 14h00min. ABERTURA DO ENVELOPE DE CREDENCIAMENTO: dia 17/08/2017 às 10h00min, na Comissão Permanente de Licitação Autorização: Márcio Miranda – Presidente da Alepa Esclarecimento relativo ao presente chamamento público e as condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, somente serão prestados quando solicitados por escrito, encaminhados à Comissão Permanente de Licitação da ALEPA. Belém, 03 de agosto de 2017. Tatyane Chaves Amaral Valério Presidente da Comissão de Licitação ÍNTEGRA DO EDITAL: www.transparencia.alepa.pa.gov.br/licitacao ou

Protocolo: 211507